



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº	09/2024
Modalidade Pregão Eletrônico	04/2024
Registro de preços nº	04/2024
Cota Reserva	Não
Tipo	"MENOR PREÇO POR ITEM"
Dotação Orçamentária nº	As despesas correspondentes à execução do objeto contratado correrão por conta do Município de Leandro Ferreira, através das dotações para o exercício de 2024 e exercícios seguintes, e respectivos elementos de despesa: 3.3.90.30-00; as quais serão discriminadas na respectiva Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho.
1ª Sessão Pública	13/03/2024 até 08h00 - Recebimento das Propostas 13/03/2024 às 09h00 – Início da sessão de disputa
TIPO DE DISPUTA	Aberto
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, alterada pela Lei Complementar nº. 147/14 poderão participar desta licitação <u>somente microempresa e empresa de pequeno porte</u> cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, cadastradas ou não no Município de Leandro Ferreira como fornecedor, que atendam às exigências constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico da empresa Licitar Digital - www.licitardigital.com.br
Objeto do certame	Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material médico hospitalar a serem adquiridos para o atendimento do Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social do Município de Leandro Ferreira/MG, mediante as condições e quantidades contidas no Termo de Referência – anexo I a este instrumento convocatório.

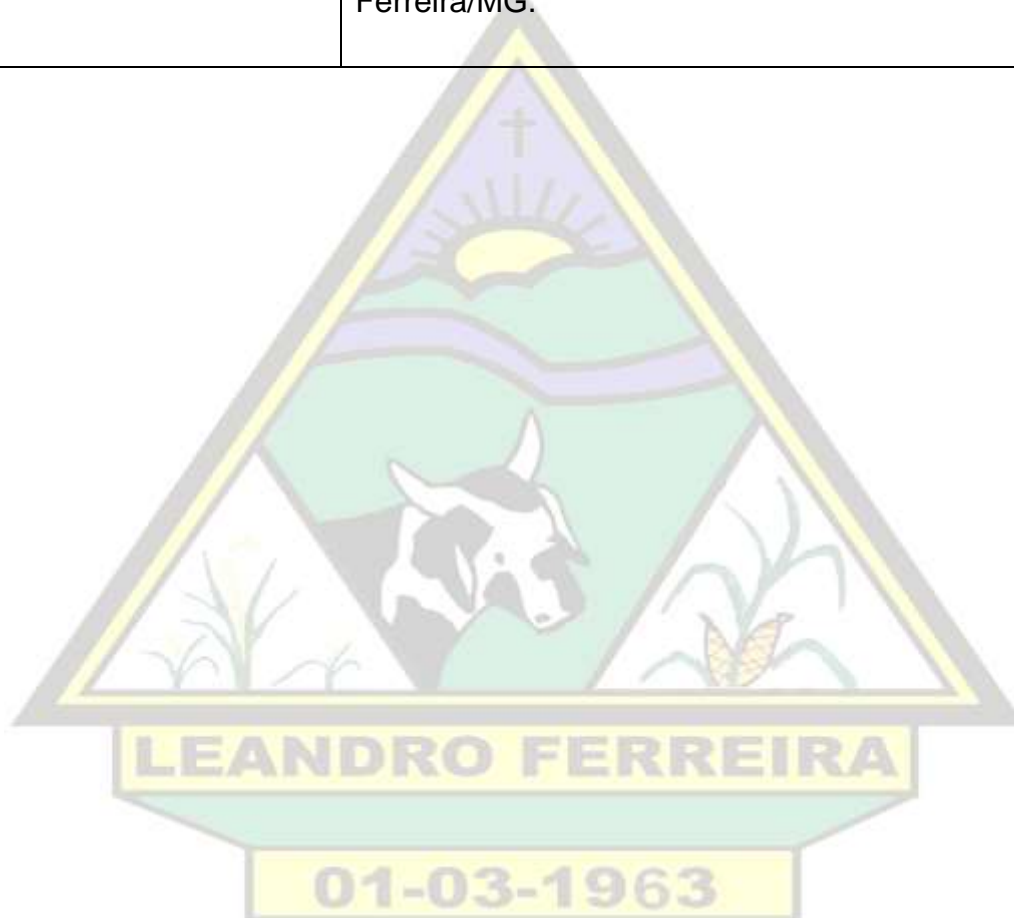


Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais



Edital	O edital e anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.leandroferreira.mg.gov.br , e no portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), sem qualquer custo para obtenção.
Contatos e informações:	MARYNARA RANGEL DE MORAIS – AGENTE DE CONTRATAÇÃO - Pregoeira – Portaria nº 178/2024. Telefone (37) 3277-1331 licitacao@leandroferreira.mg.gov.br
Endereço para vista do processo:	Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira/MG. Praça Bom Despacho, nº 50, Centro – Cidade Leandro Ferreira/MG.





Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

PREAMBULO

O PREFEITO MUNICIPAL DE Leandro Ferreira, no uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, destinada ao **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material médico hospitalar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento a necessidade do Departamento Municipal de Saúde de Leandro Ferreira/MG – anexo I a este instrumento convocatório**, critério de julgamento **MENOR PREÇO**, mediante designação da Agente de Contratação, neste ato Pregoeira, conforme **Portaria nº 178 de 02 de janeiro de 2024**, nos termos da Lei 14.133/2021, **Decretos Municipais nºs. 299/2023 e 350/ 2024**, que regulamenta Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Leandro Ferreira MG, e ainda **Lei Complementar 123/2006 e suas alterações**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **até 08:00 do dia 13/03/2024.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:00 h do dia 13/03/2024.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: **Licitardigital - www.licitardigital.com.br**

ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA - MG

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro regularmente designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitardigital - ” **www.licitardigital.com.br**;

1.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e em todo o processo.

1.4 - As regras referentes ao **órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões** são as que constam da minuta de **ata de registro de preços**, de acordo com a regulamentação apresentada através dos Decretos Municipais nºs. 299/2023 e 350/ 2024, que regulamenta Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Leandro Ferreira MG, e ainda **Lei Complementar 123/2006 e suas alterações**.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

2- DO OBJETO

2.1- Constitui objeto deste pregão: **Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material medido hospitalar serem adquiridos para o atendimento do Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social do Município de Leandro Ferreira/MG, mediante as condições e quantidades contidas no Termo de Referência – anexo I a este instrumento convocatório.**

2.2- O produto fornecido deverá estar rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência e de acordo e conforme legislação em vigor.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, alterada pela Lei Complementar nº. 147/14 poderão participar desta licitação **somente microempresa e empresa de pequeno porte cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto**, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira como fornecedor, que atendam às exigências constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do “Licitar Digital - ” www.licitardigital.com.br.

3.1.1 Os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento do Município de Leandro Ferreira, por meio de CRC, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, poderá utilizar deste cadastro para atender o item 7 deste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.9.1 **Justificativa para vedação consórcio:** vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei Nacional nº 14.133, de 2021](#).

3.5.9.1.1 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela. Pregão nº 04/2024.

3.5.10. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12– Com finalidade comprobatória destas condições o licitante deverá anexar declaração própria ao sistema eletrônico, conforme modelo do **Anexo II** deste Edital.

3.13 – A empresa contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

3.14 Da Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas

3.14.1 – No presente certame, em cumprimento da Lei Complementar 123/06, as microempresas serão identificadas pela sigla ME e as empresas de pequeno porte como EPP, empregando-se a sigla MPE para se referir a ambas genericamente.

3.14.2 – As licitantes que se enquadrem como MPE deverão comprovar essa condição mediante declaração de que assim se enquadram, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/06, com o escopo de indicar que estão aptas a fruírem dos benefícios e vantagens instituídos em lei a favor desta categoria (**ANEXO II**).

3.14.3 – A não comprovação do enquadramento fiscal importará na impossibilidade de requerimento do tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar 123/06.

3.14.4 – Será concedido tratamento favorecido para as MPEs, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal 11.488/07, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/06.

3.14.5 – A obtenção do benefício contido no Art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021 a que se refere o limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação – **Anexo II**.

4 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, o interessado em participar do Pregão deverá dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade do usuário, obtidas junto “Licitar Digital” www.licitardigital.com.br.

4.2 - Caberá ao interessado proceder ao respectivo credenciamento junto ao provedor do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade ou de seu representante legal, a partir do qual se dará a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.3 - É de responsabilidade exclusiva do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação em caso de incorreção.

4.4 – O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, por atos praticados diretamente ou por representante, excluindo-se a responsabilidade do provedor do sistema, do(a) Pregoeiro(a) e do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 - Em se tratando de MPE, nos termos da Lei Complementar 123/06 e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no **Capítulo V** da referida lei, é necessário, quando do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como MPE.

4.6 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do representante devidamente credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.7– A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do [site www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), opção “Acesso Identificado”.

4.8 - O licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa; pressupondo-se o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital mediante o encaminhamento da proposta.

4.9 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não cabendo ao Licitar Digital - responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

4.11– Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.12 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao “Licitar Digital - ” www.licitardigital.com.br (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.13 – Havendo dúvidas, sempre consultar o suporte técnico: R. Alvin Fernandes, 133 - Boa Vista, Sete Lagoas - MG, 35700-115 - **Telefone:** (31) 3191-070.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – **Mediante uso de chave de acesso e senha, deverão os licitantes anexar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, os seguintes documentos:**

- a) - Proposta de preços conforme tópico 6 e seus subitens deste Edital;
- b) - Documentos de habilitação conforme tópico 7 e seus subitens deste Edital;
- c) - Declaração unificada (conforme modelo do **Anexo II**);
- d) - Declaração de enquadramento fiscal, quando for o caso (**Anexo II**).

5.2 - A etapa de envio de propostas e documentos de habilitação encerrar-se-á automaticamente com a abertura da sessão pública, na data e horário designados no edital.

5.3 - As MPEs deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06.

5.4 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 – Nessa etapa não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 - Somente após encerramento do envio de lances os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e acesso público.

5.8 – Será adotado conforme termo de referência orçamento sigiloso, art. 24 da Lei Federal 14.133/2021, sendo que após a sessão de lances será divulgado automaticamente o valor da média do processo licitatório.



6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item (o valor dos lances será pelo valor unitário);
- b) Marca e modelo;
- c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **ANEXO I**: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, de acordo com cada caso;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, contados da apresentação.

6.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, cujo descumprimento pode ensejar a fiscalização dos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6.7 Declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO II**.

6.8 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.9 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.10 Todos os resultados e comunicações deste processo será divulgado por meio de mensagens no sistema eletrônico.



7 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou ata de registro de preçossocial em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ, de acordo com o inciso I do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, de acordo com o inciso II do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- d) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou Distrital) da sede do licitante, de acordo com o inciso III do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- e) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com o inciso IV do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- f) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo *site* www.tst.gov.br, de acordo com o inciso V do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- g) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com o inciso VI do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; **(conforme modelo do Anexo II);**
- h) Declaração de que a empresa não se acha inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública **(conforme modelo do Anexo II);**
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei N. 14.133, de 1º de abril de 2021 **(conforme modelo do Anexo II);**

7.2 Para fins de qualificação econômico-financeira, os interessados deverão apresentar:

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo, de acordo com o inciso II do art. 69º da Lei N. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- a1) Visto que trata-se de entrega eventuais e futuras neste processo licitatório, sendo



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

necessário a certidão no subitem acima.

7.3 Para fins de qualificação técnica, os interessados deverão apresentar:

a1) Apresentar no mínimo 01 atestado de capacidade técnica que comprove que a empresa já prestou serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, podendo ser emitido tanto por pessoas de direito público ou privado, conforme modelo:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fim de participação em Licitação, que a pessoa jurídica (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede a _____, é FORNECEDORA IDÔNEA, na Prestação de Serviços de (Tipos de serviços prestados) atendendo sempre os prazos estipulados e a especificação solicitada. Atestamos ainda, que os serviços prestados, conforme cronograma estabelecido por esta empresa foi de qualidade satisfatória, suprimindo as necessidades. Data, ___/___/___

(Assinatura do Representante da empresa (cliente) que forneceu o Atestado) (Carimbo do CNPJ da empresa (cliente) que forneceu o Atestado)

a2) **Autorização de Funcionamento da empresa participante da licitação**, concedida pelo Ministério da Saúde, em cópia reprográfica da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Autorização de Funcionamento.

a3) **Alvará de Licença Sanitária da empresa participante da licitação**, expedido pelo Município ou Estado onde for sediada a empresa, com validade de acordo com legislação específica. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Alvará de Licença Sanitária.

a4) **Certificado de Registro de Produto ou Isenção de Registro quando couber**, emitido pela ANVISA do Ministério da Saúde, em cópia reprográfica da publicação no D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Estando o registro em fase de renovação, a empresa licitante deverá apresentar cópia reprográfica do registro e da solicitação de sua revalidação junto à ANVISA, comprovando que a solicitação foi protocolada no prazo estipulado no Decreto Federal nº 79.094 de 05/01/1977

7.4 - As licitantes ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2008, certidão essa que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os documentos de habilitação.

7.4.1- Tratando-se de sociedade simples, não inscrita na Junta Comercial, a comprovação da qualidade de ME e EPP poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar



123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo.

7.4.2 - A ME ou EPP que participar deste Pregão Eletrônico deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

7.4.3 Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alteração trazida pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

7.4.4 A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, conforme expresso **no inciso IV do art. 155º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021**, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 156º da mesma Lei**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7.4.5 – A documentação do licitante vencedor deverá ser anexada ao sistema em 02(duas) horas após a liberação do Pregoeiro, nos termos do artigo 63, II da Lei 14.133/21.

7.4.5.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e, desde logo, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes, de forma fundamentada e mediante registro no sistema, procederá à desclassificação daquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou que contenham vícios insanáveis.

8.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, desprezando-se as desclassificadas.

8.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.



DISPUTA DE LANCES

8.6 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor consignado no registro.

8.7 - O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, desde que de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

8.11 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.12 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.13 - No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.14 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

MODO DE DISPUTA

8.15 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.16 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.17 - Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.18 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



EM CASO DE EMPATE

8.19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), aplicando-se como critério de desempate o previsto no art. 60, da Lei Federal 14.133/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.20. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

II- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado de Minas;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, se for o caso;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas nos itens 8.19 e 8.20 deste edital não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

V - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

NEGOCIAÇÃO

8.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.22 - Após a contraproposta enviada pelo pregoeiro será concedido ao licitante melhor classificado o prazo de até **02 (duas) horas** para que envie sua proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.23 - Caso a licitante melhor classificada não apresente sua proposta na forma e prazo constante este edital, ficará impedida de licitar e contratar com o Município.

8.24 - Após a negociação do preço o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

9.1 - Encerrada a etapa de negociação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no **Anexo I** do Edital, observando-se ao critério de julgamento estabelecido e a satisfação de todas as exigências para habilitação.

9.2 - A Comissão Técnica verificará a proposta vencedora e desclassificá-la-á caso não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e no **Anexo I** do Edital, se for o caso.

9.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerada como aquela em que os preços global ou unitários sejam simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de proposta, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6 - O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **até 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta, cujo prazo poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, de forma fundamentada e ao seu juízo, mediante requerimento feito no *chat* pelo licitante, antes de findar o prazo regulamentar.

9.7 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, quando for o caso.

DA AMOSTRA – Art. 17, §3º - 14.133/2021

9.8 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e no prazo de até 3(três) dias úteis contados da solicitação.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

9.9 - Por meio de mensagem no sistema será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, sendo facultada a presença dos interessados, incluindo-se os demais licitantes; cujos resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.10 - Os padrões mínimos de qualidade e desempenho serão analisados por referência técnica da área pertinente ao material avaliado que emitirá laudo técnico indicando aprovação ou reprovação do material ofertado.

9.11 - No caso de omissão ou atraso na entrega da amostra injustificadamente, ou entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta será recusada.

9.12 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.13 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento; as quais deverão ser recolhidas pelo licitante no prazo que lhe for fixado pelo pregoeiro, ao fim do qual será procedido ao descarte das amostras, se não forem recolhidas.

9.14 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará proposta ou lance subsequente, sucessivamente, na ordem de classificação, podendo encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.15 - Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.16 - A negociação será realizada via sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.17 - Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

9.18 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, encerrada a fase de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

10.2 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.3 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

– Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial,



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

– Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4 - Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como MPE deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.6 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como MPE, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.7 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra MPE ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.8 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **até 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.9 - No documento que não esteja contido em seu corpo seu prazo de validade, será considerado pela Comissão de Licitação, como sendo de 90 (noventa) dias a contar de sua data de emissão.

10.10- Caso o licitante vencedor não cumpra com o estiplado neste Edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, deixar de entregar o objeto, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor **inclusive quanto ao preço**.

10.11 - As penalidades previstas em lei e neste Edital não se aplicam aos licitantes que forem convidados nos termos do subitem anterior.

11 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor (que poderá ser redigida sob o



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

modelo **ANEXO III** deverá ser encaminhada no prazo de até **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) **no sistema eletrônico**, devendo ser redigida em língua portuguesa ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, contendo a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento. Poderá ser utilizado o relatório do próprio sistema da licitar digital.

11.2 - A proposta final ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do ata de registro de preços aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada, conforme cada caso.

11.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II da Lei Federal 14.133/2021).

11.5 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12 – DOS RECURSOS

12.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como MPE, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, indicando a(s) decisão(ões) contra a(s) qual(is) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente, sem adentrar no mérito recursal.

12.3 - A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito.

12.4 - Uma vez admitido o recurso, será aberto ao recorrente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo de 03 (três) dias úteis, que fluirá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, art. 165, I da Lei Federal 14.133/2021.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

12.5 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 - Os interessados terão vista franqueada dos autos do processo no endereço constante deste Edital.

12.7 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, art. 165, §2º da lei 14.133/93.

13 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.2 - Também ocorrerá a reabertura da sessão pública quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata de registro, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, para acompanhar a sessão reaberta, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos de habilitação e/ou cadastros oficiais, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13.5 - Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado no Edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, deixar de entregar o objeto, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor **inclusive quanto ao preço.**

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, sendo que deverá encaminhar a autoridade superior para adjudicar e homologar;

14.2 Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

certame à proponente vencedora;

14.3 Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

14.4 A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta, se for o caso.

14.5 Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acaso pertinente e operacionalmente possível em atendimento à Lei 14.133/2021.

15 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, (art. 164, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021).

15.2 – A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo *sistema* “Licitar Digital - – www.licitardigital.com.br;

15.3 - A impugnação enviada de forma eletrônica recomenda-se que a requerente faça contato telefônico para confirmar seu recebimento, (37) 3277-1331;

15.4 - Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, parágrafo único da lei 14.133/2021).

15.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 - A data para realização do certame será mantida caso a modificação oriunda do acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.

15.7- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico *sistema* “Licitar Digital - – www.licitardigital.com.br;

15.8 - O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo determinado no art. 164, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021.

15.9 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.10 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

15.11- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes, a administração, e, divulgado no sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



16– DAS OBRIGAÇÕES

16.1 – DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE DENTENTORA:

16.1 São obrigações da contratada/detentora

16.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do ata de registro de preços ou Autoridade Superior previstos no art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.2 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata de registro;

16.1.3 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo de forma exclusiva os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.1.4 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade (quando for o caso);

16.1.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata de registro;

16.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata de registro de preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

16.1.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.8 Manter, durante toda a execução da ata de registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.10 Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;

16.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

16.1.12 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

16.1.13 Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto desta ata de registro de preços, de qualquer empregado cuja permanência seja



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

16.1.14 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

16.1.15 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

16.2 São obrigações da contratante

16.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.2.3 Comunicar à Detentora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Detentora, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.2.5 Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

16.2.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados

17- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

17.1.1 advertência;

17.1.2 multa;

17.1.2.1 compensatória;

17.1.2.2 de mora.

17.1.3 impedimento de licitar e contratar;

17.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do ata de registro de preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

17.3 As sanções previstas nos itens 17.1.1, 17.1.3 e 17.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 17.1.2.1.

17.4 - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

17.4.1 – Descumprimento de pequena relevância;

17.4.2 – Inexecução parcial de obrigação contratual.

17.5 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

17.5.1 - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

17.5.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5.1.2 não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.5.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

17.5.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial da ata de registro/contrato;

17.5.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

17.5.4.1 apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro/contrato;

17.5.4.2 fraudes à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

17.5.4.3 comportamentos inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

17.5.4.4 práticas de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.4.5 práticas de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.5.4.6 entregas de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

17.5.4.7 dar causa à inexecução parcial do ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.5.4.8 dar causa à inexecução total do objeto da ata de registro/contrato.

17.6 quando os contratos ainda não tiverem sido assinados, o percentual das multas incidirá sobre o valor estimado da contratação.

17.7 - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

17.7.1 retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado/detentora;

17.7.2 descontado do valor da garantia prestada;

17.7.3 pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM); ou

17.7.4 cobrado judicialmente.

17.8 – Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

17.8.1- dar causa à inexecução parcial do ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.8.2 dar causa à inexecução total da ata de registro/contrato;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

- 17.8.3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.8.4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.8.5 - não celebrar o ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.8.6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 17.9 - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
- 17.9.1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro/contrato;
- 17.9.2 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro/contrato;
- 17.9.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.9.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.9.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 17.10 - Demais sanções previstas no Termo de Referência e demais anexos.

18 – DOS ILÍCITOS PENAIS

18.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/2021 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

19 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

19.1.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86º § 2º incisos I, II e III da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

19.1.2 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

19.1.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

19.1.4 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, **por órgão ou entidade**, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

19.1.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86º, § 5º da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.

19.1.6 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em **até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

19.1.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19.2 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

19.2.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei Nº. 14.133, de 1 de abril de 2021:

19.2.1.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrente de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

19.2.1.2 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

19.2.1.3 Quando o valor registrado se **tornar superior ao preço praticado no mercado** por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

19.2.1.4 Os fornecedores que não aceitarem diminuir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

19.2.1.5 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem diminuir seus preços registrados aos valores de mercado observará a classificação original.

19.2.1.6 Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.2.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.2.1.8 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar diminuir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar inferior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei Nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

19.2.1.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

19.3 DAS REVISÕES DE PREÇOS

19.3.1 O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

19.3.2 O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral da PREFEITURA DE Leandro Ferreira no horário de expediente OU através de e-mail licitacao@LeandroFerreira.mg.gov.br .



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

19.3.3 A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, a qual será analisada pelo setor competente do Município de Leandro Ferreira.

19.3.4 Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

19.3.5 A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

19.4 DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS ADERENTES A ATA DE REGISTRO:

19.4.1 O Município Aderente deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos do art. 117º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

19.4.2 Compete ainda ao Município Aderente:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a Detentora, desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;
- g) Todas as demais obrigações constantes do – TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preço.

19.5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITANTE DETENTORA:

19.5.1 - O objeto deste pregão será registrado em Ata de Registro de Preços e contratados consoante as regras próprias do sistema de registro de preços SRP, determinado através do **Decreto Municipal nº 299/2023**. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, a Pregoeira poderá convocar o outro proponente classificado observado a ordem da



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços **nas mesmas condições de sua oferta**, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na Lei Federal 14.133/2021, observada a ampla defesa e o contraditório.

19.5.2 - O licitante adjudicatário deverá comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços, **no prazo de 02 (dois) dias uteis**, contados a partir da data da efetiva convocação expedida pelo Pregoeiro, através de publicação da homologação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira/MG, no site www.leandroferreira.mg.gov.br.

19.5.3 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro.

19.5.4 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Pregoeira verificará a manutenção da regularidade fiscal da adjudicatária. A perda da regularidade fiscal impede a assinatura e determina a decadência do direito da adjudicatária de fazê-lo.

19.5.5 – A validade da Ata de Registro de Preços será de doze meses, contados a partir da sua publicação no **Diário Oficial Eletrônico** do Município de Leandro Ferreira MG, no site www.leandroferreira.mg.gov.br e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, art. 84 da lei Federal 14.133/2021.

19.5.6 - A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou o(s) contrato(s) ou aceitar/retirar o(s) instrumento(s) equivalente(s) dela decorrente(s), observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas nesse edital, na Lei 14.133/2021

19.5.7 - Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos detentores da Ata de Registro de Preços quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação dos respectivos detentores da Ata de Registro de Preços serão divulgados Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira MG, no site www.leandroferreira.mg.gov.br.

b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas detentoras da Ata de Registro de Preços.

19.5.8 – O fornecimento, forma, prazos, local de entrega e demais informações, constam do Termo de Referência anexo a este edital, parte integrante do mesmo.

19.5.9 - O detentor da Ata de Registro de Preços é responsável pela qualidade do objeto e está obrigado ao fornecimento das marcas propostas e aceitas pela administração



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

municipal. Os produtos fornecidos terão sua qualidade avaliada a cada fornecimento, cabendo ao detentor da Ata de Registro de Preços realizar a imediata substituição do objeto, cujos produtos tenham a qualidade rejeitada pelo município.

19.5.10 - Constam da Ata de Registro de Preços, anexa e parte integrante a este edital, as condições de preços, forma de pagamento, as condições de recebimento dos produtos registrados, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes.

19.5.11 - Nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, os contratados obrigam-se a aceitar acréscimos e decréscimos, nos termos do disposto no do art. 125 da Lei 14.133/2021. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do ata de registro de preços nas compras, quando for o caso.

19.5.12 – A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão, ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, contudo, tais institutos poderão ser utilizados nos contratos decorrentes da ata de registro de preços, nos termos da lei federal nº 14.133/2021.

19.5.13 – O cancelamento do registro de preço deverá obedecer a lei nº 14.133/2021.

20 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1 – Não haverá garantia da execução.

21–DA ENTREGA

21.1 - O prazo de entrega dos materiais médico-hospitalar é de 15 dias corridos, contados do (a) do envio da ordem de compras/ nota de autorização de fornecimento, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: Rua dos Pedreiros, 02, Centro, Leandro Ferreira/MG.

21.2. Os itens/bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do ata/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.3. São condições para o recebimento dos materiais médico-hospitalar:

a) Embalagem: Todo produto deverá ser entregue em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos;

I- As embalagens deverão ser adequadas para armazenagem por período equivalente ao prazo de validade do produto, nas condições citadas anteriormente.

II- Os rótulos das embalagens devem possuir a frase: “PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO”, se for o caso.

III- A empresa vencedora adequará se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pelo Órgão/Entidade fornecedor ou seu representante legal.

IV- É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.

b) Identificação: as embalagens, ao serem fornecidos deverão portar etiquetas autoadesivas de vinil ou de alumínio com informações impressas de forma permanente e contendo, lote, nome do fabricante e data de fabricação (mês e ano).

21.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.5. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

21.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

21.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do ata/contrato.

22 – FISCALIZAÇÃO

22.1 – A fiscalização da ata de registro será exercida pelo funcionário designado pelo Gestor, através de **decreto municipal nº 350/2024** o qual controla todo o processo de recebimento dos produtos, referidos nesse processo.

22.2 – O Gestor do ata de registro deste processo será o Diretor (a) Municipal do Departamento de Saúde, Saneamento e Assistência Social do Município de Leandro Ferreira/MG, o qual controla todo o processo.

22.3 – Todas as responsabilidades dos Gestores e dos fiscais deste processo está descrito



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

nos e no art. 177 da Lei Federal 14.133/2021, Termo de referência, anexo I deste edital e decreto municipal nº 350/2024.

22.4 - As exigências e a atuação da fiscalização, em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva do licitante vencedor, no que concerne à execução do objeto da ata de registro de preços/contrato.

23 – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

23.1 O pagamento será efetuado num prazo de até 30 dias (trinta) após a entrega, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, e o visto do Fiscal e do Gestor da ata de registro.

23.2 O valor a ser pago dependerá da quantidade do material efetivamente fornecido, observando-se o valor constante da proposta de preços da empresa, registrado no Contrato.

23.3 O licitante adjudicado deverá entregar junto com a nota fiscal/fatura o Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, a Certidão Negativa Trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal; todas em dia.

23.4 Os pagamentos são realizados por meio de transferência bancária, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da Ordem de Compra que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

23.5 - As despesas correspondentes à execução do objeto contratado ocorrerão por conta dos Departamentos Municipais requisitantes, por meio das dotações para o exercício de 2024 e seguintes que serão especificadas nas Ordens de Compra, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social.

02.10.01.10.301.4017.2279. 3.3.90.30.00 - 377

02.10.01.10.301.7014.2277. 3.3.90.30.00 - 388

23.6 - Para recebimento dos pagamentos a empresa contratada fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT e com a Fazenda Municipal de sua sede, Estadual e Federal.

23.7 - O pagamento poderá ser retido mediante o cumprimento irregular DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

23.8 - A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo licitante vencedor, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará o recebimento dos materiais e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas pela empresa contratada.

23.9 - Os preços contratados não sofrerão reajuste, em atendimento as determinações da Lei Federal 9.069/95 e Lei Federal 10.192/01, em ata de registro de preços ou contrato com vigência de até doze meses, admitindo-se, assim, reajuste apenas em caso de vigência



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

superior a doze meses, considerando, neste caso, inclusive as prorrogações, na forma definida pela legislação própria.

23.9 - Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá colocar no CORPO DA NOTA FISCAL A LEGISLAÇÃO COM BASE LEGAL DO SIMPLES NACIONAL.

23.10 – DEVERÃO DESTACAR NAS NOTAS FISCAIS EMITIDAS AS RETENÇÕES DO IRRF de acordo com a IN nº 1.234/2012 (ALTERADA PELA IN 2.145 DE 26 DE JUNHO DE 2023).

24 – DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

24.1- A Administração poderá revogar a presente licitação ou parte dela por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

25 – INFORMAÇÕES E ELEMENTOS ESCLARECEDORES DA LICITAÇÃO

25.1- O licitante deverá fazer o seu credenciamento junto ao Licitar Digital - ” www.licitardigital.com.br (órgão provedor do sistema), pela *internet*.

25.2 - O licitante apto a participar do certame deverá confirmar durante o envio das propostas, em campo específico do sistema, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação contidos neste Edital.

25.3 – O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço ofertado na abertura das propostas.

25.4 - Depois de finalizando os itens/processo, os fornecedores poderão registrar seus questionamentos para o pregoeiro a qualquer momento, via sistema, acessando a sequência “*Relatório da disputa*” para cada lote disputado, “*Chat Mensagem*”. Essa opção estará disponível até o momento que o pregoeiro declarar o fornecedor do lote. Todas as mensagens constarão no histórico do Relatório de Disputa.

26 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitido a subcontratação.

27 DISPOSIÇÕES FINAIS:

27.1 - O certame será conduzido pelo pregoeiro que, dentre outras, terá as seguintes



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

atribuições:

- a) coordenar e conduzir os trabalhos;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
- c) iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
- d) receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
- e) receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
- f) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- g) coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
- h) verificar e julgar as condições de habilitação;
- i) conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;
- j) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
- k) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- l) proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;
- m) indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;
- n) indicar o vencedor do certame;
- o) negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- p) elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;
- q) encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação, adjudicação e contratação;
- r) propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;
- s) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- t) inserir os dados referentes ao procedimento licitatório no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições ou plataforma contratada.

27.2 - No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.3 - É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou habilitação.

27.4 - Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

27.5 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

27.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

27.7 - Após abertura da sessão virtual do certame não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, por decisão fundamentada.

27.8 - Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública.

27.9 - Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o credenciamento dos licitantes e, em caso de retificação do Edital, apenas o credenciamento continua valendo.

27.10 - A empresa contratada não poderá ceder ou caucionar os direitos creditórios oriundos do ata de registro de preços objeto desta licitação, em quaisquer operações financeiras, sem a prévia e expressa anuência da administração municipal.

27.11 - Havendo divergência entre os termos do Edital e os constantes do respectivo instrumento contratual e demais anexos vinculados ao ato convocatório, prevalecerão as disposições deste, cuja correção deverá ser efetuada em momento oportuno, conforme disposto em lei.

27.12 - O Edital, anexos, Termo de Referência e toda documentação da licitação são complementares entre si.

27.13 - Qualquer medida judicial oriunda desta licitação será processada na Comarca de Leandro Ferreira, com expressa renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

27.14 – Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de declaração unificada;

ANEXO III - Modelo proposta comercial;

ANEXO - IV - Modelo de ata de registro;

27.15 - O desatendimento de exigências formais e não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões de sua proposta, não fira os princípios constitucionais e preserve o interesse público.

27.16 - O presente Edital está sujeito a eventuais alterações, cabendo às empresas interessadas acompanhar, por meio do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira e Portal Nacional de Compras (PNCP), todo o trâmite do processo licitatório até a data de abertura do certame.

27.17 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.18 - As empresas que contratam com a Administração devem ofertar preços compatíveis com os de mercado, sob pena de serem responsabilizados por eventual sobrepreço constatado no contrato, uma vez que o regime jurídico-administrativo relativo



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

às contratações públicas, com a consequente obrigação de seguir os preços praticados no mercado, se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados. Acórdão 992/2024 Plenário.

27.19 - Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Administração Municipal, observados os princípios basilares e demais normas contidas na Lei 14.133/2021, Decreto Municipal 299/2023 e Decreto Municipal 350/2024.

Leandro Ferreira, 23 de fevereiro de 2024.

Elder Corrêa de Freitas
Prefeito Municipal

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1- Unidade Requisitante: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2 - OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material médico-hospitalar a serem adquiridos para o atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social do Município de Leandro Ferreira/MG, mediante as condições e quantidades contidas neste Termo de Referência.

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVO E ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 – Conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar realizado, deverão ser adquiridos os seguintes quantitativos estimados para atendimento da demanda, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE
1	Ácido acético 5% . Embalagem com 1 litro. Com validade de 02 anos após a fabricação. Entrega do produto na Unidade de Saúde com no mínimo 18 meses de validade para vencimento. Produto registrado na ANVISA	Embalagem 1 litro	07
2	Agulha 20 x 5,5 descartável de uso único, estéril, atóxica e apirogênica, Canhão e protetor - com polímeros atóxicos especialmente formulados para este fim, atendendo às especificações das normas NBR, e Boas Práticas de Fabricação. Canhão - permite perfeito acoplamento à seringa, com código de cores, padrão universal para identificação dos calibres. Cânula - com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizada, permitindo um deslize suave e perfeito, que permite testes computadorizados em 100% do lote, verificando a segurança "cânula-canhão" (colagem), afiação da cânula, e obstrução, garantindo assim a qualidade do produto. Embalagem - embaladas individualmente em filme de polipropileno + papel grau médico, selados termicamente (blister); acondicionadas em caixas de papelão ondulado, garantindo a integridade e esterilidade durante o armazenamento até o momento do uso. Contendo os seguintes dizeres: fabricante, calibre da agulha, indicativo de artigo médico-hospitalar de uso único, data e método de esterilização, nº do lote, data de fabricação e validade, nº do registro no Ministério da Saúde. - Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.	unidades	6.000 unidades
3	Agulha 25 x 0,7 descartável de uso único, estéril, atóxica e apirogênica, Canhão e protetor - com polímeros atóxicos especialmente formulados para este fim, atendendo às especificações das normas NBR, e Boas Práticas de Fabricação. Canhão - permite perfeito acoplamento à seringa, com código de cores, padrão universal para identificação dos calibres. Cânula - com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizada, permitindo um deslize suave e perfeito, que permite testes computadorizados em 100% do lote, verificando a segurança "cânula-canhão" (colagem), afiação da cânula, e obstrução, garantindo assim a qualidade do produto. Embalagem - embaladas individualmente em filme de polipropileno + papel grau médico, selados termicamente (blister); acondicionadas em caixas de papelão ondulado, garantindo a integridade e esterilidade durante o armazenamento até o momento do uso. Contendo os seguintes dizeres: fabricante, calibre da agulha, indicativo de artigo médico-hospitalar de uso único, data e método de esterilização, nº do lote, data de fabricação e validade, nº do registro no Ministério da Saúde. - Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.	unidades	4.000 unidades
4	Agulha 25 x 0,8 descartável de uso único, estéril, atóxica e apirogênica, Canhão e protetor - com polímeros atóxicos especialmente formulados para este fim, atendendo às especificações das normas NBR, e Boas Práticas de Fabricação. Canhão - permite perfeito acoplamento à seringa, com código de cores, padrão universal para identificação dos calibres. Cânula - com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizada, permitindo um deslize suave e perfeito, que permite testes computadorizados em 100% do lote, verificando a segurança "cânula-canhão" (colagem), afiação da cânula, e obstrução, garantindo assim a qualidade do produto. Embalagem - embaladas individualmente em filme de polipropileno + papel grau médico, selados termicamente (blister); acondicionadas em caixas de papelão ondulado, garantindo a integridade e esterilidade durante o armazenamento até o momento do uso. Contendo os seguintes dizeres: fabricante, calibre da agulha, indicativo de artigo médico-hospitalar de uso único, data e método de esterilização, nº do lote, data de fabricação e validade, nº do registro no Ministério da Saúde. - Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.	unidades	10.000 unidades
5	Agulha 30 x 0,7 descartável de uso único, estéril, atóxica e apirogênica, Canhão e protetor - com polímeros atóxicos especialmente formulados para este fim, atendendo às especificações das normas NBR, e Boas Práticas de Fabricação. Canhão - permite perfeito acoplamento à seringa,	unidades	10.000 unidades



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	com código de cores, padrão universal para identificação dos calibres. Cânula - com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizada, permitindo um deslize suave e perfeito, que permite testes computadorizados em 100% do lote, verificando a segurança "cânula-canhão" (colagem), afiação da cânula, e obstrução, garantindo assim a qualidade do produto. Embalagem - embaladas individualmente em filme de polipropileno + papel grau médico, selados termicamente (blister); acondicionadas em caixas de papelão ondulado, garantindo a integridade e esterilidade durante o armazenamento até o momento do uso. Contendo os seguintes dizeres: fabricante, calibre da agulha, indicativo de artigo médico-hospitalar de uso único, data e método de esterilização, nº do lote, data de fabricação e validade, nº do registro no Ministério da Saúde. - Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.		
6	Agulha para acupuntura 0,25 x 30 mm. Agulha de acupuntura 25 x 30 mm DBC cabo espiral inox, esterilizada com mandril de plástico, embaladas de 10 em 10 pacotes, com mandril para cada 10 agulhas. Medidas: cabo: 2,0 cm. Lâmina: 3,0 cm. Diâmetro: 0,25 mm	Caixa com 1000 unidades	15 caixas
7	Álcool etílico líquido, 70% INPM-NBR 5991/97, antisséptico local, ação bactericida, envasado em frasco de cor clara. Apresentação: frasco com 1.000 ml. Contendo data de fabricação, validade e número de lote impressos, registro no Ministério da Saúde. Registro ANVISA	Frasco 1 litro	5.000 unidades
8	Álcool gel (sem glicerina), frasco com 01 litro.	Frasco 1 litro	30 frascos
9	Álcool gel antisséptico, com agente hidratante, com álcool a 70%, oferece amplo espectro de ação microbicida, é hipoalérgica e atóxica. De secagem rápida, sem deixar resíduos contaminantes ou nocivos, apresenta ph balanceado, para antisepsia de profissionais de saúde. Embalagens individuais, constando externamente os dados de identificação, procedência, marca, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde. Embalagem com 5 litros.	Frasco 5 litros	40 frascos
10	Álcool gel antisséptico, com agente hidratante, com álcool a 70%, oferece amplo espectro de ação microbicida, é hipoalérgica e atóxica. De secagem rápida, sem deixar resíduos contaminantes ou nocivos, apresenta ph balanceado, para antisepsia de profissionais de saúde. Embalagens individuais, constando externamente os dados de identificação, procedência, marca, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde. Embalagem com 500 ml cada. Com bico dosador no frasco	Frasco 500 ml	100 frascos
11	Algodão hidrófilo com de 500 gramas, em camadas (manta), em forma de rolo, provido de papel apropriado em toda sua extensão. Que tenha excelente absorção. O algodão deverá apresentar: aspecto homogêneo e macio, sem quaisquer impurezas, cor branca, tecido 100%, embalado em saco plástico individual, reembalado em caixa, constando fabricante, procedência e data de validade. Com registro no MS.	Pacote 500 gramas	300 unidades
12	Almotolia plástica de 250 ml, frasco escuro âmbar	Unidade	50 unidades
13	Almotolia plástica de 250 ml, frasco transparente	Unidade	100 unidades
14	Aparelho de barbear descartável confeccionado em resina termo plástico resistente e 02 lâminas paralelas em aço inox sem rebarbas ou sinais de oxidação. Com ou sem fita lubrificante.	Unidade	500 unidades
15	Avental manga longa impermeável, feito em TNT sintético, 100% polipropileno. Atóxico (não tecido de polipropileno laminado com película impermeável). Tecido impermeável que repele líquido e fluidos corporais. Gramatura: entre 40g/m ² , e 50g/m ² , produzido de acordo com a ABNT. Manga com punho de ribana em cor sortida, fechamento por amarração, ajuste na cintura, espaço de produção aprovado pela vigilância sanitária 053965. De acordo com a resolução RDC nº. 356 da ANVISA. Tecnologia e laudo técnico de qualidade by berry.	40 pacotes com 10 unidades	40 pacotes com 10 unidades
16	Bacia inox 35 cm 4700 ml. Características: Fabricado com a alta qualidade do aço INOX AISI 430, que determina sua utilização por anos	Unidade	10 unidades



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	de processamento e reutilização. Produto indicado para uso em autoclaves (vapor e óxido de etileno) e estufas.		
17	Bandeja retangular lisa inox dimensões aproximadas: 30 X 20 X 4 cm. Características: Fabricado com a alta qualidade do aço INOX AISI 420, que determina sua utilização por anos de processamento e reutilização. Produto indicado para uso em autoclaves (vapor e óxido de etileno) e estufas.	Unidade	10 unidades
18	Banheira, suporte e redutor de assento Especificação Técnica da Banheira: Banheira Plástica com Válvula e Saboneteira Cantos Arredondados, Amplo Espaço Interno Ideal para Bebês até 25 Kg Tanque com Capacidade Máxima de 10 litros Altura aproximada: 20 cm Largura aproximada: 45 cm Comprimento aproximada: 77 cm Especificação Técnica do Suporte: Modelo: Suporte Banheira Composição: Aço Inoxidável Aba de segurança lateral Estrutura Dobrável Peso Máximo Suportado: 25 Kg tamanho da Mangueira de Escoamento Para Banheira aproximada 110 cm Altura aproximada: 89 cm Largura aproximada: 59 cm Comprimento aproximado: 79 cm Especificação Técnica do Redutor de Assento: - Redutor para Banho do Recém Nascido - Com Sistema Antiderrapante	Unidade	03 unidades
19	Bateria para Glicosímetro lithium botão Cr 2032.	Unidade	300 unidades
20	Bomba de Infusão para equipo universal. Defina a taxa de fluxo de infusão, defina VTBI e demonstre dados em tempo real. Exiba o volume já infundido. Purgar/Bolus. Alarme. Altere automaticamente a taxa de fluxo para KVO após o alarme de infusão concluída. Silenciar temporariamente o som do alarme e temporizador para recuperar o som do alarme. Exiba o volume a ser administrado (VTBI). Limpa os dados do VTBI, suporte a várias marcas de conjuntos de infusão. Bateria interna. Adaptador DC externo. Conectividade sem fio WIFI, calsse II tipo CF, bomba de infusão com fonte de energia interna para operação contínua, IPX2, requisitos de ambiente, temperatura de armazenamento -300C-+550C, temperatura de operação: 50 C -+400C, umidade relativa de armazenamento: 75%, umidade relativa de operação: 20%90%, faixa de pressão barométrica: 80, tempo de vida útil: 5 anos.	Unidade	03 unidades
21	Caixa organizadora hospitalar 20 litros transparente Com trava de fechamento que prende a tampa à caixa plástica e garante segurança aos itens armazenados, o organizador é uma solução perfeita para guardar diversos tipos de objetos, desde toalhas até documentos, de um jeito prático e organizado, evitando que as coisas fiquem espalhadas. Dimensões aproximadas do produto: Comprimento: 41,7 cm - Altura: 29 cm - Largura: 23 cm. Capacidade: 20 Litros Composição/Material: Plástico injetado Garantia: 03 meses contra defeitos de fabricação Cor: transparente.	Unidade	30 unidades



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

22	Campo Cirúrgico Estéril em não tecido Fenestrado em TNT tamanho 40X40cm. Confeccionado em não tecido SSMMS - 100% ou em algodão. Barreira microbiana. Estéril. Uso único. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico. Baixo desprendimento de partículas. Não propaga chamas; Alta repelência a fluidos. Fenestra de 8 cm. Alta resistência, conforto e maleabilidade. Não tecido respirável. Atóxico e hipoalergênico. Isento de látex. Registrado na ANVISA.	Unidade	200 unidades
23	Campo Cirúrgico Estéril em não tecido Fenestrado em TNT tamanho 75X75cm. Confeccionado em não tecido SSMMS - 100% ou em algodão. Barreira microbiana. Estéril. Uso único. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico. Baixo desprendimento de partículas. Não propaga chamas; Alta repelência a fluidos. Fenestra de 10 cm. Alta resistência, conforto e maleabilidade. Não tecido respirável. Atóxico e hipoalergênico. Isento de látex. Registrado na ANVISA.	Unidade	200 unidades
24	Campo operatório (compressa cirúrgica), tamanho 45 x 50 cm 100% algodão com 04 camadas, com trama uniforme, com cadaço e acabamento nas bordas, pacote com 50 unidades.	Pacote com 50 unidades	10 pacotes com 50 unidades
25	Cânula de Guedel 0/60 mm (PRETO) 7 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
26	Cânula de Guedel 00/50 mm (AZUL) 5 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
27	Cânula de Guedel 1/70 mm (BRANCO) 9 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
28	Cânula de Guedel 2/80 mm (VERDE) 12 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
29	Cânula de Guedel 3/90 mm (AMARELO) 15 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
30	Cânula de Guedel 4/100 mm (VERMELHO) 14 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
31	Cânula de Guedel 5/110 mm (LARANJA) 16 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
32	Cânula de Guedel 6/120 mm (ROXO) 18 g. Material: Polietileno. Características técnicas: Estéril, atóxico, e aprotogênico. Moldada em conformidade com a anatomia da cavidade oral e traqueia. Possui acabamento suave e flexível. Embaladas unitariamente, recomenda-se uso único.	Unidade	10 unidades
33	Coletor de material perfuro cortante capacidade de 03 litros fabricado dentro das normas atuais da NBR 13853 para descarte de materiais perfurantes e cortantes gerados em hospitais, laboratórios, farmácias, etc. Fabricado em papelão ondulado e reforçado internamente com o papelão couro. Alça dupla nos transportes. Possui trava de segurança e contra trava, é resistente, impermeável. Uso único. Descartável.	Unidade	160 unidades



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

34	Coletor de material pérfuro cortante capacidade de 07 litros fabricado dentro das normas atuais da NBR 13853 para descarte de materiais perfurantes e cortantes gerados em hospitais, laboratórios, farmácias, etc. Fabricado em papelão ondulado e reforçado internamente com o papelão couro. Alça dupla nos transportes. Possui trava de segurança e contra trava, é resistente, impermeável. Uso único. Descartável.	Unidade	160 unidades
35	Coletor de material pérfuro cortante capacidade de 13 litros fabricado dentro das normas atuais da NBR 13853 para descarte de materiais perfurantes e cortantes gerados em hospitais, laboratórios, farmácias, etc. Fabricado em papelão ondulado e reforçado internamente com o papelão couro. Alça dupla nos transportes. Possui trava de segurança e contra trava, é resistente, impermeável. Uso único. Descartável.	Unidade	160 unidades
36	Coletor de material pérfuro cortante capacidade de 20 litros fabricado dentro das normas atuais da NBR 13853 para descarte de materiais perfurantes e cortantes gerados em hospitais, laboratórios, farmácias, etc. Fabricado em papelão ondulado e reforçado internamente com o papelão couro. Alça dupla nos transportes. Possui trava de segurança e contra trava, é resistente, impermeável. Uso único. Descartável.	unidade	200 unidades
37	Compressas de gaze hidrófila estéril 13 fios/cm² com 08 camadas, 05 dobras, pacote com 10 unidades de gaze cada. Com dimensão dobrada: 7,5cm x 7,5cm. Dimensão aberta: 15 cm x 30 cm. Com acabamento lateral em toda sua extensão, bordas voltadas para dentro para não soltar fiapos, 100 % algodão, cor branca. Descartável, macio, isenta de impurezas, extremamente absorventes. Embalado em papel grau cirúrgico e esterilizadas a óxido de etileno. Constando os dados de identificação e procedência, com o registro no Ministério da Saúde. Validade por 05 anos a partir da data de fabricação.	Unidade	35.000 unidades de pacotes com 10 unidades cada
38	Curativo de Alginato de cálcio e sódio 10 x 10 cm. É desenvolvido por fibras extraídas das algas marinhas marrons, compostas pelos ácidos gularônico e manurônico, apresentando íons cálcio e sódio incorporado. Não alergênico, completamente biodegradável, estéril, de fácil remoção, com tamanhos diversos para atender melhor a cada necessidade e de altíssima absorção devido a sua maior gramatura. Isento de látex.	Unidade	250 unidades
39	Curativo hidrocolóide medindo aprox. 10 x 10 cm, estéril, composto por uma camada externa semipermeável, uma camada interna de carboximetilcelulose e adesivo hipoalérgico para cobertura de ferimento.	Unidade	100 Unidades
40	Detergente enzimático de 5 litros para lavar instrumentais cirúrgicos médico hospitalares. Com registro na ANVISA. Validade de 2 anos após a fabricação e que contenha as enzimas: 5 (amilase, lipase, protease, liquanase e celulase)	Frasco de 5 litros	40 frascos
41	Eletrodo ECG adulto e infantil para monitorização cardíaca. Utilizado para realização de eletrocardiograma, monitoramento eletrocardiográfico, teste ergométrico, holter e outros. Deve ser utilizado por profissionais da área médico-hospitalar, devidamente habilitados para a execução dos procedimentos que envolvam este tipo de produto. Características: Descartável; Não estéril; Aderência de curta e longa duração (até 72 horas); Pino e contra-pino; Gel médico sólido condutor na quantidade ideal para utilização; Fita plástica rígida que protege o gel e o adesivo; Hipoalergênico. Tamanho: 44 x 32 cm. Base de espuma de alta densidade: poliestileno 0,25mm de espessura; Gel sólido: Cloreto de potássio (KCl); Pino prendedor metálico: aço –inox; Contra-pino: Cloreto de Prata (AgCl).	Unidade	10.000 unidades
42	Eletrodo Multifunção Descartável para Desfibrilador DEA CMOS DRAKE ADULTO (PÁ DEA)	Unidade	20 unidades
43	Eletrodo Multifunção Descartável para Desfibrilador DEA CMOS DRAKE INFANTIL (PÁ DEA)	Unidade	10 unidades



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

44	Equipo macro gotas flexível injetor lateral , para administração de solução parenteral. Produto descartável com câmara flexível e câmara de gotejamento. Ponta perfurante que permite conexão segura aos frascos e bolsas de solução. Possui pinça tipo rolete que mantém os gotejamentos necessários do soro, além de tubos e compôs flexíveis, transparentes e íntegros e devidamente acabados, com injetor lateral e filtro de ar. Embalagens individuais, constando externamente os dados de identificação, procedência, marca, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	8.000 unidades
45	Equipo micro gotas flexível injetor lateral , para administração de solução parenteral. Produto descartável com câmara flexível e câmara de gotejamento. Ponta perfurante que permite conexão segura aos frascos e bolsas de solução. Possui pinça tipo rolete que mantém os gotejamentos necessários do soro, além de tubos e compôs flexíveis, transparentes e íntegros e devidamente acabados, com injetor lateral e filtro de ar. Embalagens individuais, constando externamente os dados de identificação, procedência, marca, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	500 unidades
46	Equipo para alimentação enteral sem entrada de ar Desenvolvido Para Entremear A Ligação Da Sonda De Alimentação Enteral (Ligada Ao Paciente) Ao Recipiente De Soluções (Frasco Ou Bolsa), Que Contém O Alimento À Ser Administrado. Estéril Fabricado Em PVC Flexível Possui Ponta Perfurante Com Tampa Protetora, Câmara De Gotejamento Viabiliza O Controle De Fluxo De Soluções, Uma Vez Que, Possui Pinça Rolete Que Garante Precisão No Controle De Gotejamento Tubo, Que Evita A Conexão Acidental Com O Acesso Venoso Conectores Luer Slip Ou Escalonado Atóxico E Apirogênico Descartável E De Uso Único.	Unidade	1.440 unidades
47	Escova para coleta de exame especular (escova cervical) . Composta de haste plástica cilíndrica com 16 cm e cerdas de nylon com formato levemente cônico com 2 cm de comprimento, no total 18cm. As cerdas são dispostas em aproximadamente 13 níveis paralelos da base ao ápice, tendo diâmetro maior, determinado pelas cerdas da base do cone, de 0,7 cm e o diâmetro menor correspondente às cerdas do ápice do cone, de 0,5 cm.	Unidade	1.200 unidades
48	Filtro de resistência para uso em destiladora de água . Indicação: a função do filtro é a de reduzir o acúmulo de crostas (depósitos minerais) na resistência durante o processo de destilação . A maior parte dos resíduos minerais irão aderir ao filtro, que pode ser lavado e reutilizado. Isso garante eficiência máxima no aquecimento e desempenho do destilador. Características: substituição do filtro da resistência, a cada 3 meses, dependendo da qualidade da água, a substituição poderá ser antes disso.	Unidade	20 unidades

LEANDRO FERREIRA
01-03-1963



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

49	Coletor 24 horas 2 litros, translúcido. Frasco coleta de urina 24 horas, branco, vedação interna, boca larga, fabricado em polietileno, sistema de vedação com tampa tipo rosca, graduado de 100 ml até a capacidade de 2 litros.	Unidades	40 unidades	
50	Comadre tipo pá capacidade 3,5 l de aço inoxidável. Utilizado para coleta de urina em paciente acamado. Desenvolvida através do estudo do aço inoxidável, um dos grandes aliados para área da saúde, agora em uma versão totalmente inovadora. Comadre tipo pá em aço inoxidável. Garantia contra defeitos de fabricação. Capacidade: 3,5 l. Material aço inoxidável.	Unidade	10 unidades	
51	Escova seca – utilizado para lavar as mãos e antebraços ante e após procedimento cirúrgico e realização de curativos. Formada por um conjunto de uma esponja e escova macia.	Unidade	150 unidades	
52	Espéculo vaginal G , para realização do exame Papanicolau (preventivo), descartável contendo um 01 espelho vaginal G, estéril, técnicas Instrumental atóxico, transparente/translúcido, com parafuso (borboleta) acoplado. Matéria prima valvas: poliestireno cristal. Matéria prima parafuso: poliacetil. Apresentação: embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme plástico. Tamanho: comprimento Proximal: 29mm, comprimento Largura Distal: 32mm comprimento Eixo Longitudinal: 110mm e comprimento Total: 170mm.	Unidade	200 unidades	
53	Espéculo vaginal P , para realização do exame Papanicolau (preventivo), descartável contendo um 01 espelho vaginal P, estéril, técnicas Instrumental atóxico, transparente/translúcido, com parafuso (borboleta) acoplado. Matéria prima valvas: poliestireno cristal. Matéria prima parafuso: poliacetil. Apresentação: embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme plástico. Tamanho: comprimento Proximal: 22mm comprimento Largura Distal: 22mm, comprimento Eixo Longitudinal: 80mm e comprimento Total: 143mm.	Unidade	700 unidades	
54	Fio de sutura catgut simples com agulha 4.0 Sutura cirúrgica absorvível de origem animal, serosa bovina selecionada, cortada em fitas uniformes, tratadas de forma mecânica, física, e quimicamente, resultando em fios de coloração marrom providos de agulha cirúrgica de aço inox. O produto atende as especificações da NBR 13094 da ABNT – Associação Brasileira de normas Técnicas e Farmacopeia Brasileira para suturas cirúrgicas absorvíveis.	Caixa com 24 unidades	2 caixas com 24 unidades cada	
55	Fita cirúrgica adesiva sintética, feita de papel e adesivo de alta qualidade. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a livre transpiração da pele. Hipoalergênica, flexível, suave para a pele, resistente a umidade, tipo micropore, rolo com 50mmx10m , constando os dados de identificação, procedência, data de fabricação, esterilização, validade e lote, validade mínima de 12 meses após a data da entrega e registro no MS.	Unidade	450 unidades	
56	Fixador de citológico spray de 100 ml. Solução de propilenoglicol e álcool absoluto que possui propriedades de fixação e sustentação da integridade celular de esfregaços de material biológico estendidos em lâmina de vidro. Com prazo de validade de no mínimo 02 anos da data de fabricação.	Unidade	40 unidades	
57	Fralda descartável adulto, tamanho M , com gel e elástico nas bordas.	Unidades	1.500 unidades	
58	Frasco de umidificador para oxigênio, com 250 ml.	Unidade	50 unidades	
59	Frasco para alimentação enteral 300 ml , transparente, graduado nos dois lados a cada 50 ml crescente e decrescente, atóxico, embalado individualmente em sacos plásticos. Indicação: Para alimentação por sonda, água ou soro. Apresentação: Frasco 300ml.	Unidade	1.400 unidades	
60	Frasco pulverizador multiuso. Pulverizador de plástico, com bico ajustável em 03 funções OFF, spray ou stream, gatilho com alavanca ergonômica que facilita o manuseio	Unidade	200 unidades	
61	Garrote cor azul tamanho Adulto. Procedimentos médico-hospitalares que requeiram imobilização ou garroteamento. Eficiente em procedimentos médico hospitalares ambulatoriais que requeiram imobilização ou garroteamento do membro superior e inferior	Unidade	100 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

62	Garrote cor para flebotomia infantil. Com auto trava e regulagem de tensão. O garrote é utilizado para apoio a procedimento de coleta de sangue. Características: cinto nylon, fivela, ABS, modelo infantil (com bichinhos coloridos), não requer cuidados especiais, desde que obedecidas as instruções de uso a que se destinam o produto. Não requer cuidados especiais para o descarte.	Unidade	20 unidades	
63	Garrote látex free. Descartável para flebotomia. Para garrotear membro superior e inferior. Proporciona ajuste perfeito, evitando o desconforto dos garrotes e torniquetes tradicionais. Produzido com Elastômero Termoplástico. Não talcado. Caixa com rolo de 25 tiras descartáveis a cada 45 cm. Caixa com 25 tiras.	Caixa com 25 unidades	50 caixas	
64	Gel para ECG (exames de eletrocardiograma, tens, fitness, bisturi elétrico) com volume de 100 ml. Não ataca o eletrodo, possui alta condutividade, inodoro, não escorre, não é gorduroso, isento de sal e álcool, atóxico. Realizado Teste de sensibilidade intradérmica. Validade de 02 anos.	Frasco com 100 ml	500 unidades	
65	Imobilizador lateral de cabeça. Produto que deve ser usado na prancha de imobilização e transporte para a imobilização da cabeça e do pescoço da vítima politraumatizada durante o transporte. Peças confeccionadas em etil vinil acetato revestidas com camadas de resina. Produto impermeável, constituído de 5 peças (01 base, 02 blocos laterais, 01 tirante para testa e 01 tirante para queixo); Reutilizável e de fácil higienização; Blocos laterais com orifício auricular para verificação de fluidos; Tirante de testa com almofada na região central. Medidas: 40 comp x 28 larg x 8 alt cm .	Unidade	02 unidades	
66	Jelco de 14 polegadas - Cateter Periférico Intravenoso Descartável estéril; fabricado em Teflon; possui filtro, que reduz a pressão interna da câmara e permite a visualização do sangue no exato momento da punção; Possui Canhão que obedece ao Código de Cores Universal ABNT NBR ISO7864; Atóxico e Apirogênico; Radiopaco; Descartável e de uso único.	Unidade	300 unidades	
67	Jelco de 16 polegadas - Cateter Periférico Intravenoso Descartável, estéril; fabricado em Teflon; possui filtro, que reduz a pressão interna da câmara e permite a visualização do sangue no exato momento da punção; Possui Canhão que obedece ao Código de Cores Universal ABNT NBR ISO7864; Atóxico e Apirogênico; Radiopaco; Descartável e de uso único.	Unidade	400 unidades	
68	Jelco de 18 polegadas - Cateter Periférico Intravenoso Descartável, estéril; fabricado em Teflon; possui filtro, que reduz a pressão interna da câmara e permite a visualização do sangue no exato momento da punção; Possui Canhão que obedece ao Código de Cores Universal ABNT NBR ISO7864; Atóxico e Apirogênico; Radiopaco; Descartável e de uso único.	Unidade	400 unidades	
69	Jelco de 20 polegadas - Cateter Periférico Intravenoso Descartável, estéril; fabricado em Teflon; possui filtro, que reduz a pressão interna da câmara e permite a visualização do sangue no exato momento da punção; Possui Canhão que obedece ao Código de Cores Universal ABNT NBR ISO7864; Atóxico e Apirogênico; Radiopaco; Descartável e de uso único.	Unidade	4.000 unidades	
70	Jelco de 22 polegadas - Cateter Periférico Intravenoso Descartável, estéril; fabricado em Teflon; possui filtro, que reduz a pressão interna da câmara e permite a visualização do sangue no exato momento da punção; Possui Canhão que obedece ao Código de Cores Universal ABNT NBR ISO7864; Atóxico e Apirogênico; Radiopaco; Descartável e de uso único.	Unidade	4.000 unidades	
71	Jelco de 24 polegadas - Cateter Periférico Intravenoso Descartável, estéril; fabricado em Teflon; possui filtro, que reduz a pressão interna da câmara e permite a visualização do sangue no exato momento da punção; Possui Canhão que obedece ao Código de Cores Universal ABNT NBR ISO7864; Atóxico e Apirogênico; Radiopaco; Descartável e de uso único.	Unidade	4.000 unidades	
72	Lacre de carrinho de urgência. Com comprimento de 16 centímetros, sistema corte fácil (não precisa de outra ferramenta para o dispositivo ser rompido), feito de polipropileno, disponível nas cores verde, azul, amarelo e vermelho, numerado, com Processo de Gravação de Números: Inkjet	Unidade	200 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

73	Lâmina para Bisturi nº 10: Estéril, descartável, confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e / ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Deverá vir com marca e tamanho gravados na lâmina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.	Caixa com 100 unidades	04 caixas Com 100 unidades	
74	Lâmina para Bisturi nº 15: Estéril, descartável, confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e / ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Deverá vir com marca e tamanho gravados na lâmina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.	Caixa com 100 unidades	4 caixas com 100 unidades	
75	Lâmina para Bisturi nº 20: Estéril, descartável, confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e / ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Deverá vir com marca e tamanho gravados na lâmina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.	Caixa com 100 unidades	4 caixas com 100 unidades	
76	Lâmina para Bisturi nº 22: Estéril, descartável, confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono devidamente afiado e polido, isenta de rebarbas e / ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Deverá vir com marca e tamanho gravados na lâmina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.	Caixa com 100 unidades	4 caixas com 100 unidades	
77	Lanterna Clínica LED para auxiliar no exame clínico do paciente. Lanterna de alta performance com iluminação LED de 2,2V; confeccionada em metal leve de alta qualidade; iluminação brilhante LED para melhor visualização; medidas aproximadas: 14cm de comprimento e 1,2 cm de diâmetro.	Unidade	15 unidades	
78	Lixeira branca ou preta em polietileno com tampa e pedal - 100 litros. Construída em polietileno de alto impacto por meio de processo de rotomoldagem e com proteção UV. A opção de acionamento da tampa por pedal torna a lixeira muito prática e versátil, além de ser extremamente higiênica, pois não é necessário tocar a lixeira para executar o descarte de resíduos. Devido a sua composição é altamente resistente a impactos e pode ser utilizada em ambientes externos, exposta a sol, chuva e poluição sem sofrer desgaste por exposição aos elementos.	Unidade	20 unidades	
79	Lixeira branca, cinza ou preta em polietileno com tampa e pedal - 30 litros. Construída em polietileno de alto impacto por meio de processo de rotomoldagem e com proteção UV. A opção de acionamento da tampa por pedal torna a lixeira muito prática e versátil, além de ser extremamente higiênica, pois não é necessário tocar a lixeira para	Unidade	50 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	executar o descarte de resíduos. Devido a sua composição é altamente resistente a impactos e pode ser utilizada em ambientes externos, exposta a sol, chuva e poluição sem sofrer desgaste por exposição aos elementos.			
80	Lixeira branca em polietileno com tampa e pedal - 50 litros. Construída em polietileno de alto impacto por meio de processo de rotomoldagem e com proteção UV. A opção de acionamento da tampa por pedal torna a lixeira muito prática e versátil, além de ser extremamente higiênica, pois não é necessário tocar a lixeira para executar o descarte de resíduos. Devido a sua composição é altamente resistente a impactos e pode ser utilizada em ambientes externos, exposta a sol, chuva e poluição sem sofrer desgaste por exposição aos elementos.	Unidade	50 unidades	
81	Luva descartável, individual, tamanho grande confeccionado em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalérgica, não estéril, embalada em caixas com 100 unidades, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote e registro no Ministério da Saúde.	Caixa com 100 unidades	200 caixas	
82	Luva descartável, individual, tamanho media confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalérgica, não estéril, embalada em caixas com 100 unidades, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote e registro no Ministério da Saúde.	Caixa com 100 unidades	1.000 caixas	
83	Luva descartável, individual, tamanho pequena confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalérgica, não estéril, embalada em caixas com 100 unidades, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote e registro no Ministério da Saúde.	Caixa com 100 unidades	1.500 caixas	
84	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 1. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).	Unidade	10 unidades	
85	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 1,5. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).	Unidade	10 unidades	
86	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 2. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).	Unidade	10 unidades	
87	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 2,5. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e	Unidade	10 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).			
88	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 3. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).	Unidade	10 unidades	
89	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 4. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).	Unidade	15 unidades	
90	Máscara laríngea descartável inteiramente feita em silicone nº. 5. A máscara laríngea de uso único. Esterilizada em embalagens individuais. Prontas para uso imediato. Formato tradicional clássico. Marcações e manual em Português. Esterilização válida por 5 anos - marca linear para referência de posição ao longo do tubo. Informações claras sobre volume e pressão de enchimento, tamanho e faixa de peso do paciente. Balão piloto em cores distintas conforme o tamanho da ml. Embaladas esterilizadas em berço protetor exclusivo; código de barras padronizado (EAN); isenta de látex; produzida em PVC siliconado de grau médio de alta qualidade registro no ministério da saúde (ANVISA).	Unidade	20 unidades	
91	Malha tubular rolo de 15 cm de largura x 15 m de comprimento, confeccionada em tecido 100% algodão. Com elasticidade no sentido transversal com enrolamento uniforme em toda a sua extensão. Compressão uniforme em toda sua extensão para manter a proteção do membro. Alta resistência para preservação da integridade tecidual. Produto com validade de 05 anos. Garantia contra defeitos materiais ou de fabricação.	Unidade	50 unidades	
92	Malha tubular rolo de 08 cm de largura x 15 m de comprimento, confeccionada em tecido 100% algodão. Com elasticidade no sentido transversal com enrolamento uniforme em toda a sua extensão. Compressão uniforme em toda sua extensão para manter a proteção do membro. Alta resistência para preservação da integridade tecidual. Produto com validade de 05 anos. Garantia contra defeitos materiais ou de fabricação.	Unidade	50 unidades	
93	Máscara de Venturi Pediátrico Possibilita um controle da Fração inspirada de O ₂ por meio de encaixes plásticos coloridos. Modelo Pediátrico. Máscara em PVC (Cloro de Polivinila) resistente e não tóxico. Com presilha nasal para ajuste de narina. Com elástico fixador para a cabeça do paciente. Com tubo corrugado. 6 diluidores coloridos. Não estéril. O fabricante recomenda uso único. Kit possui máscara, traqueia, diluidor, suporte do diluidor e extensão.	Unidade	05 unidades	
94	Máscara de Venturi Adulto Possibilita um controle da Fração inspirada de O ₂ por meio de encaixes plásticos coloridos. Modelo Adulto. Máscara em PVC (Cloro de Polivinila) resistente e não tóxico. Com presilha nasal para ajuste de narina. Com elástico fixador para a cabeça do paciente. Com tubo corrugado. 6 diluidores coloridos. Não estéril. O fabricante recomenda uso único. Kit possui máscara, traqueia, diluidor, suporte do	Unidade	10 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	diluidor e extensão.			
95	Papagaio com dimensão: aproximadas 26 x 13 cm, 1000 ml de capacidade. Produto confeccionado em aço inoxidável cirúrgico. Embalado individualmente constando os dados de identificação e rastreabilidade. Fabricado de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT.	Unidade	05 unidades	
96	Papel Kraft puro marrom 60 cm x 200 m.	Rolo com 200 metros	10 rolos/bobinas	
97	Pilha alcalina média C 1,5 V.	Embalagem com 2 Unidades	250 unidades	
98	Pilha alcalina palito AAA.	Embalagem com 2 Unidades	200 unidades	
99	Pinça Dissecção Anatômica Dente de Rato 16cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	50 unidades	
100	Pinça Dissecção Anatômica com Serrilha 14cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	50 unidades	
101	Pinça Dietrich 14cm Golgran. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	30 unidades	
102	Porta Agulha Mayo Hegar 14cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável, acabamento em videa. Validade: Indeterminada.	Unidade	10 unidades	
103	Pinça Anatômica de Dissecção 16 cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	50 unidades	
104	Pinça Allis 16cm 4x5 dentes. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	10 unidades	
105	Pinça Hemostática 14 cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	30 unidades	
106	Pinça Clínica para Algodão 17 cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	20 unidades	
107	Pinça Pozzi para Colo Uterino 24cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	05 unidades	
108	Pinça Hartmann para corpo estranho 24 cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	02 unidades	
109	Pinça Faure para Biópsia Uterina 22 cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	02 unidades	
110	Pinça Kelly Reta 14 Centímetros. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	30 unidades	
111	Pinça Professor Medina 24 cm. Produzida em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	02 unidades	
112	Porta algodão dimensão mínimo: 10 x 10 cm produto projetado para facilitar a retirada do algodão durante procedimentos cirúrgicos, curativos, entre outros. Características do produto:	Unidade	50	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	Produzido em aço inoxidável, tampa fácil de abrir.		unidades	
113	Tesoura Cirúrgica Fina 15cm - Utilizada em procedimentos cirúrgicos odontológicos. Produzido em liga de Aço Inoxidável de alta qualidade. Material Importado Premium. Autoclavável. Validade: Indeterminada.	Unidade	30 unidades	
114	Sabonete Líquido concentrado neutro. Embalagem de 1 litro.	Frasco 1 litro	200 litros	
115	Sabonete líquido erva doce, concentrado, 5.000 ml cada, embalagem constando dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade, nº do lote e registro no MS. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 (vinte e quatro), a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Frasco com 5 litros	50 frascos	
116	Scalp: dispositivo para infusão venosa nº 19 , descartável, estéril, siliconizado, com cânula de aço inoxidável, parede fina, com bisel trifacetado, asa plástica flexível ou similar, com identificação do calibre na asa, protetor rígido, tubo transparente flexível, conector luer e tampa protetora, cor padrão universal. Embalagem individual, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	400 unidades	
117	Scalp: dispositivo para infusão venosa nº 21 , descartável, estéril, siliconizado, com cânula de aço inoxidável, parede fina, com bisel trifacetado, asa plástica flexível ou similar, com identificação do calibre na asa, protetor rígido, tubo transparente flexível, conector luer e tampa protetora, cor padrão universal. Embalagem individual, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	800 unidades	
118	Scalp: dispositivo para infusão venosa nº 23 , descartável, estéril, siliconizado, com cânula de aço inoxidável, parede fina, com bisel trifacetado, asa plástica flexível ou similar, com identificação do calibre na asa, protetor rígido, tubo transparente flexível, conector luer e tampa protetora, cor padrão universal. Embalagem individual, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	2.500 unidades	
119	Scalp: dispositivo para infusão venosa nº 25 , descartável, estéril, siliconizado, com cânula de aço inoxidável, parede fina, com bisel trifacetado, asa plástica flexível ou similar, com identificação do calibre na asa, protetor rígido, tubo transparente flexível, conector luer e tampa protetora, cor padrão universal. Embalagem individual, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	500 unidades	
120	Scalp: dispositivo para infusão venosa nº 27 , descartável, estéril, siliconizado, com cânula de aço inoxidável, parede fina, com bisel trifacetado, asa plástica flexível ou similar, com identificação do calibre na asa, protetor rígido, tubo transparente flexível, conector luer e tampa protetora, cor padrão universal. Embalagem individual, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	200 unidades	
121	Seladora . Resistência PTC blindada com controle automático de temperatura. Bivolt automático de temperatura (110 V – 240 V). Sistema integrado de corte em ambas as direções. Acionamento por meio de alavanca com trava. Sistema de avisos com LEDS indicativos e bips sonoros no teclado de membrana. Desligamento automático em caso de inatividade por 30 minutos. Potência: 80W. Área de selagem aproximada (comprimento): 30 cm. Espessura de selagem: 12 mm. Compacta, dimensões (LxAxP): 44,2x12,5x30,5cm. Garantia: 2 anos (contra defeito de fabricação).	Unidade	05 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

122	Seringa descartável de 20 ml sem agulha , siliconizada, estéril, graduação nítida permanente, com ponta conectora tipo luerlock, embolo com pistão (borracha) deslizante, embalada individualmente, com abertura asséptica, constando externamente os dados de identificação, procedência, marca, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	4.000 unidades	
123	Seringa descartável de 20 ml sem agulha , siliconizada, estéril, graduação nítida permanente, com ponta conectora tipo luerlip, embolo com pistão (borracha) deslizante, embalada individualmente, com abertura asséptica, constando externamente os dados de identificação, procedência, marca, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	4.000 unidades	
124	Seringa sem agulha de 60 ml , estéril, confeccionada em polipropileno transparente, atóxica, com Cilindro - altamente transparente (série Cristal Plus), que permite a visualização nítida do fluido aspirado; apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. - Pistão - confeccionado em TPE, atóxico, "latex free", em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, graduação milimetrada. Embalagem - as seringas são embaladas individualmente, em papel grau cirúrgico e filme termoplástico com abertura em pétala, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopéia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta. Bico Luer Slip.	Unidade	250 unidades	
125	Solução de lugol 2% Schiller 1000 ml . Com as informações do fabricante data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem.	Unidade	06 litros	
126	Sonda nasogástrica curta conector com tampa, número 04 , em PVC, atóxico siliconizada, descartável, estéril, o material deverá ser adaptável em seringas. Embalagem individual tipo blister em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente atóxico, com as informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
127	Sonda nasogástrica curta conector com tampa, número 06 , em PVC, atóxico siliconizada, descartável, estéril, o material deverá ser adaptável em seringas. Embalagem individual tipo blister em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente atóxico, com as informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
128	Sonda nasogástrica curta conector com tampa, número 20 , em PVC, atóxico siliconizada, descartável, estéril, o material deverá ser adaptável em seringas. Embalagem individual tipo blister em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente atóxico, com as informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Produto mede cerca de 40 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
129	Sonda nasogástrica curta conector com tampa, número 22 , em PVC, atóxico siliconizada, descartável, estéril, o material deverá ser adaptável em seringas. Embalagem individual tipo blister em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente atóxico, com as informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Produto mede cerca de 40 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
130	Sonda nasogástrica longa número 04 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
131	Sonda nasogástrica longa número 06 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

132	Sonda nasogástrica longa número 08 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
133	Sonda nasogástrica longa número 10 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
134	Sonda nasogástrica longa número 14 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
135	Sonda nasogástrica longa número 16 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
136	Sonda nasogástrica longa número 18 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
137	Sonda nasogástrica longa número 20 , confeccionada em tubo PVC, estéril, uso único, atóxico, apirogênico, cristal, transparente, de paredes finas e maleáveis, com tampa, embalagem individual em papel cirúrgico com abertura em pétala, protegido por embalagem plástica, esterilizado em óxido de etileno. Produto mede cerca de 110 cm. Registro no MS.	Unidade	50 unidades	
138	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 04 com válvula intermitente para pressão negativa . Confeccionada em tubo PVC, atóxico, apirogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	150 unidades	
139	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 08 com válvula intermitente para pressão negativa . Confeccionada em tubo PVC, atóxico, apirogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	700 unidades	
140	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 10 com válvula intermitente para pressão negativa . Confeccionada em tubo PVC, atóxico, apirogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	250 unidades	
141	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 12 com válvula intermitente para pressão negativa . Confeccionada em tubo PVC, atóxico, apirogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	250 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

142	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 14 com válvula intermitente para pressão negativa. Confeccionada em tubo PVC, atóxico, aprotogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	250 unidades	
143	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 16 com válvula intermitente para pressão negativa. Confeccionada em tubo PVC, atóxico, aprotogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	250 unidades	
144	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 18 com válvula intermitente para pressão negativa. Confeccionada em tubo PVC, atóxico, aprotogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	250 unidades	
145	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 20 com válvula intermitente para pressão negativa. Confeccionada em tubo PVC, atóxico, aprotogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	150 unidades	
146	Sonda para aspiração traqueal calibre nº. 22 com válvula intermitente para pressão negativa. Confeccionada em tubo PVC, atóxico, aprotogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis. Com ponta arredondada e aberta, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão ou conector em Y para controle da aspiração. Produto embalado individualmente em envelopes confeccionados em papel grau cirúrgico, identificado, contendo 01 unidade. Esterilizado por Raio Ionizante.	Unidade	150 unidades	
147	Sonda para nutrição enteral em poliuretano com guia nº. 06. Sonda nasoentérica para alimentação. Acompanham fio-guia em aço inox para facilitar a colocação da sonda. Produzidas em Poliuretano, são flexíveis e adaptam-se facilmente à anatomia do paciente permitindo uma introdução suave e sem traumas. São resistentes e suportam longos períodos em contato com a acidez do suco gástrico sem perder suas propriedades elásticas, podendo permanecer em uso por até quatro meses no paciente. Esterilizadas em óxido de etileno. Tamanho: 06FR. Sonda com linha radiopaca. Marcada em toda a sua extensão.	Unidade	10 unidades	
148	Sonda para nutrição enteral em poliuretano com guia nº. 08. Sonda nasoentérica para alimentação. Acompanham fio-guia em aço inox para facilitar a colocação da sonda. Produzidas em Poliuretano, são flexíveis e adaptam-se facilmente à anatomia do paciente permitindo uma introdução suave e sem traumas. São resistentes e suportam longos períodos em contato com a acidez do suco gástrico sem perder suas propriedades elásticas, podendo permanecer em uso por até quatro meses no paciente. Esterilizadas em óxido de etileno. Tamanho: 08FR. Sonda com linha radiopaca. Marcada em toda a sua extensão.	Unidade	15 unidades	
149	Sonda para nutrição enteral em poliuretano com guia nº. 10. Sonda nasoentérica para alimentação. Acompanham fio-guia em aço inox para facilitar a colocação da sonda. Produzidas em Poliuretano, são flexíveis e adaptam-se facilmente à anatomia do	Unidade	20 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

	<p>paciente permitindo uma introdução suave e sem traumas. São resistentes e suportam longos períodos em contato com a acidez do suco gástrico sem perder suas propriedades elásticas, podendo permanecer em uso por até quatro meses no paciente. Esterilizadas em óxido de etileno. Tamanhos: 10FR. Sonda com linha radiopaca. Marcada em toda a sua extensão.</p>			
150	<p>Sonda Vesical de Demora, tipo Foley 100% silicone nº 12, estéril, com duas vias, sendo a via principal: conexão à bolsa de urina e a via 2: preenchimento do balão de retenção com água destilada estéril. A capacidade do balão está indicada no funil da sonda e no rótulo da embalagem. A ponta distal fechada com dois furos lateralizados, balão em silicone, linha radiopaca, válvula de insuflação adaptada para seringas LL e LS. Para sua utilização não se faz necessário calibrações ou manutenções; fabricada com um tubo de drenagem espesso e firme, apresentando conexão perfeita com o saco de drenagem; suas câmaras internas são projetadas para injeções médicas, mudanças de ar, drenagens e exaustões; compatíveis com lubrificantes fabricados à base de água, saída para colher urina asséptica para exame. Esterilizadas por óxido de etileno (ETO) e embaladas em papel grau cirúrgico.</p>	Unidade	20 unidades	
151	<p>Sonda Vesical de Demora, tipo Foley 100% silicone nº 18, estéril, com duas vias, sendo a via principal: conexão à bolsa de urina e a via 2: preenchimento do balão de retenção com água destilada estéril. A capacidade do balão está indicada no funil da sonda e no rótulo da embalagem. A ponta distal fechada com dois furos lateralizados, balão em silicone, linha radiopaca, válvula de insuflação adaptada para seringas LL e LS. Para sua utilização não se faz necessário calibrações ou manutenções; fabricada com um tubo de drenagem espesso e firme, apresentando conexão perfeita com o saco de drenagem; suas câmaras internas são projetadas para injeções médicas, mudanças de ar, drenagens e exaustões; compatíveis com lubrificantes fabricados à base de água, saída para colher urina asséptica para exame. Esterilizadas por óxido de etileno (ETO) e embaladas em papel grau cirúrgico.</p>	Unidade	10 unidades	
152	<p>Soro fisiológico 0,9% não estéril de 500 ml garrafa, com embalagem fácil de manipular. Com as informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no MS.</p>	Unidade	4.000 unidades	
153	<p>Tala moldável em alumínio e espuma para dedo 20 x 2 cm. Confeccionada em fio de aço inoxidável, forrada em material de espuma com apoios de plástico. Que protegem os dedos, e fecho aderente. Facilmente moldável, a tala de dedo é leve e estável, o que proporciona melhor colocação e ajuste ao dedo.</p>	Unidade	200 unidades	
154	<p>Tampão ocular adesivo Adulto: O Protetor Ocular Adulto é desenhado para ser usado como tampão de olhos para tratamento de estrabismo, ambliopia e em tratamentos nos forma fácil e limpa; tratando com cuidado da pele sensível ao redor dos olhos; forte adesão; possui ótima adesão e pode ser removido facilmente; ele conta com uma almofada absorvente não aderente e é confortável para o uso; é um produto especialmente indicado para peles sensíveis. Também pode ser usado como curativo geral na área de Oftalmologia. Produzido com a fita Micropore, ele é suave, hipoalergênico e permite a respiração da pele; dorso de nayon de viscoso; adesivo acrílico hipoalergênico; compressa de não tecido com filme de não tecido e papel. Produzido com a fita Micropore, ele é suave, hipoalergênico e permite a respiração da pele; pode ser removido de forma fácil e limpa; tratando com cuidado da pele sensível ao redor dos olhos; forte adesão; possui ótima adesão e pode ser removido facilmente; ele conta com uma almofada absorvente não aderente e é confortável para o uso; é um produto especialmente indicado para peles sensíveis. Caixa com 12 unidades</p> <p>Altura do produto (cm) 8,20 Largura do produto (cm) 5,70 Profundidade do produto (cm) 5,70</p>	Caixa com 12 unidades	07 caixas	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

155	Torneira descartável de 3 vias (triway) , estéril, esterilizado a óxido de etileno ou raio gama, fabricada em polietileno e policarbonato com encaixe bico Luer Lock.	Unidade	1.500 unidades	
156	Torneira descartável de 3 vias (triway) , estéril, esterilizado a óxido de etileno ou raio gama, fabricada em polietileno e policarbonato com encaixe bico Luer Slip.	Unidade	1.500 unidades	
157	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 2,0 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
158	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 2,5 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
159	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 4,0 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
160	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 4,5 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
161	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 5,0 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
162	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 5,5 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
163	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 6,0 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
164	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 6,5 com cuff (balão) . Estéril – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

165	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 7,0 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
166	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 7,5 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
167	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 8,0 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
168	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 8,5 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
169	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 9,0 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
170	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 9,5 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	
171	Tubo endotraqueal com manguito e fio guia nº 10,0 com cuff (balão). Estétil – óxido de etileno. Para intubação oral e nasal. Ponta chanfrada arredondada, suave e atraumática. Conector ISO padrão de 15 mm. Descartável e de uso único. Material: PVC grau médico. Conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Escala com graduação em centímetros. Atóxico, não-pirgênico. Resistente à torção. Isento de Látex.	Unidade	10 unidades	

4 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a necessidade da urgente em atender as unidades de saúde do município de Leandro Ferreira, cujas demandas são contínuas, portanto destaca-se a importância a realização do fornecimento de materiais médico-hospitalares para uso em ações de prevenção, ainda atender às necessidades do



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social de Leandro Ferreira, em caráter de emergência.

Portanto na falta desses itens poderá gerar um problema, ou seja, pode causar danos a saúde pública. Tornando-se notória a importância da aquisição dos itens acima especificados. Motivação: Os equipamentos médicos hospitalares envolvem o diagnóstico e recuperação do paciente. Os insumos hospitalares são itens de uso único, descartáveis, perecíveis ou não duráveis. Como por exemplo, os materiais médico-hospitalar, lâminas de bisturis, máscaras, toucas, seringas e etc. os equipamentos médicos hospitalares, os insumos devem ser adquiridos periodicamente e descartado após o uso.

Após analisar a necessidade em caráter de urgência, na aquisição dos itens acima especificados, vimos que seria mais vantajosa economicamente para esta Secretaria Municipal de Saúde, a contratação de uma empresa que possa executar os serviços de fornecimento do objeto em questão. Dessa forma, a pessoa jurídica prestará serviços como fornecedor do produto acima citado em caráter de urgência devido à necessidade objeto deste expediente. Como o serviço é essencial, podemos lançar mão de uma licitação através de pregão, sendo esta uma contratação conveniente, que possa atender esse serviço público essencial. Destarte, em razão da necessidade, e dos fatos em questão, da regularidade e disposição a prestar esses serviços na condição proposta.

4.2 Justificativa para adoção do sistema de registro de preços

4.2.1. A motivação pela escolha do Sistema de Registro de Preços para este processo licitatório se dá pelas características do objeto, pois não é possível a definição prévia do quantitativo a ser demandado pela Administração, uma vez que as necessidades podem sofrer impactos diversos, tais como: alteração no número de alunos ingressos, inclusões e/ou alteração de aulas.

Ademais, o art. 82 § 3º, inciso II, da Lei 14.133/21 assim dispõe: “§ 3º. É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações: II – no caso de alimento perecível;”

Assim, o sistema de registro de preços é o mais indicado para o caso em questão.

4.3 Justificativa para sigilo das estimativas de preço (ART.24 da Lei N°. 14.133/2021).



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

O sigilo do orçamento estimado na presente contratação se justifica pela busca de preços e condições mais vantajosas para a administração.

A divulgação dos orçamentos acaba por diminuir a voracidade com que os licitantes entram nas disputas, acabando por diminuir a competitividade do certame.

Ao não divulgar os orçamentos estimados, trazemos ao processo uma assimetria de informações, posto que, ao passo que o órgão público não sabe o preço mínimo do fornecedor, este também não sabe o preço máximo que o órgão está disposto a pagar. Esta assimetria traz uma vantagem econômica na contratação, pois o fornecedor não terá um parâmetro do preço máximo, levando-o a trabalhar com seu preço mínimo na busca por ser campeão da disputa.

Procura-se também com o sigilo desencorajar a formação de cartel entre os licitantes, posto que sem a ciência do preço fica mais difícil fazer combinações prévias.

Veja a Doutrina de Rafael Carvalho Rezende Oliviera sobre a questão:

A necessidade de modificação da regra tradicional de licitação, com a previsão do orçamento sigiloso, pode ser justificada pela necessidade de evitar que a divulgação do orçamento influencie a elevação dos valores constantes das propostas e a formação de cartel entre os licitantes, dado que, sem a ciência do preço estimado pela Administração, fica mais difícil de fazer combinações entre concorrentes. (Curso de Direito Administrativo, 9ª Edição, Editora Método)

Importante consignar também que, ao não divulgação dos orçamentos acaba por retirar das disputas empresas despreparadas e incapazes de fazer um planejamento orçamentário a respeito do objeto em disputa.

Com a divulgação dos orçamentos, empresas despreparadas apresentam descontos sobre o valor divulgado sem preocupar-se com sua capacidade de cumprir o objeto, trazendo sérios prejuízos a administração. Ao contrário, quando não divulgamos os orçamentos, obrigamos as empresas a planejar, fazer sua própria precificação e fazer sua proposta com responsabilidade.

5- CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

5.1 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns na forma da lei, razão pela qual, **deverá ser utilizada a modalidade Pregão;**

5.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo nos termos do art. 22, § 2º do Decreto Municipal nº. 299/2023.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

5.3– A presente contratação se dará pelo regime de registro de preços, sendo que a ata firmada terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada na forma disposta no art. 84 da Lei 14.133/21.

5.4 – A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

6.1 A proposta para compra de materiais médico-hospitalar se deve pela necessidade de manter um estoque para uso conforme a demanda, contribuindo para a saúde das pessoas atendidas no Setor.

6.2 A contratação do objeto será realizada através da modalidade definida pelo setor jurídico e setor de licitação, ficando sob a responsabilidade do Setor de Licitação, para a realização do certame.

7 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SUSTENTABILIDADE:

7.1.1. O objeto da presente contratação deverá obedecer a todos os critérios de sustentabilidade constantes das normas legais que regulamentam a matéria.

7.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº. 14.133, DE 2021)

7.2.1. Não há indicação de marcas para a presente contratação, sendo que possíveis citações de marcas, tratam-se apenas de indicação de padrão de qualidade a ser seguido e pelos quais serão baseadas as decisões na presente contratação.

7.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.5 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.5.1. 7.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por tratar-se de compras comuns sem grandes complexidades;



8. FORMAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O prazo de entrega dos materiais médico-hospitalar é de 15 dias úteis, contados do(a) do envio da ordem de compras/nota de autorização de fornecimento, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: Rua Ernesto Ferreira, 21, Centro, Leandro Ferreira/MG.

8.2. Os materiais médico-hospitalar serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata de registro, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. São condições para o recebimento dos materiais médico-hospitalar:

a) Embalagem: Todo produto deverá ser entregue em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos;

I- As embalagens deverão ser adequadas para armazenagem por período equivalente ao prazo de validade do produto, nas condições citadas anteriormente.

II- Os rótulos das embalagens devem possuir a frase: "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", se for caso.

III- A empresa vencedora adequará se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pelo Órgão/Entidade fornecedor ou seu representante legal.

IV- É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento. b) Identificação: as embalagens, ao serem fornecidos deverão portar etiquetas autoadesivas de vinil ou de alumínio com informações impressas de forma permanente e contendo, lote, nome do fabricante e data de fabricação (mês e ano).

8.4. Os materiais médico-hospitalar poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da fornecedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

8.5. Os materiais médico-hospitalar serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9. DA GESTÃO DO CONTRATO/ATA

9.1 A ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata de registro, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o município e a detentora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa detentora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da detentora, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 Fiscalização

9.6.1 A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata de registro, ou pelos respectivos substitutos conforme dispõe o art. 117 da Lei nº. 14.133/2021.

9.7 Fiscalização Técnica

9.7.1 O fiscal técnico da ata de registro de preços acompanhará a execução do ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

9.7.2 O fiscal técnico da ata de registro de preços anotará no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ata de registro emitirá notificações para a correção da execução da ata de registro, determinando prazo para a correção;

9.7.4 O fiscal técnico da ata de registro informará ao gestor da ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata de registro nas datas aprazadas, o fiscal técnico da ata de registro comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata de registro.

9.7.6 O fiscal técnico da ata de registro comunicará ao gestor da ata, em tempo hábil, o término da ata de registro sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.8 Fiscalização Administrativa

9.8.1 O fiscal administrativo da ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da detentora, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da ata de registro atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata de registro para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.9 Do gestor da ata de registro/contrato

9.9.1 O gestor da ata de registro coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata de registro contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata de registro, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

necessidade de adequações da ata de registro para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.9.2 O gestor da ata de registro acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ata de registro, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata de registro e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.9.2 O gestor da ata de registro acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.9.3 O gestor da ata de registro emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Detentora, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.9.4 O gestor da ata de registro tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.9.5. O gestor da ata de registro deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.9.6 O gestor da ata de registro deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ata de registro.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO) E DE PAGAMENTO

10.1 O prazo de entrega dos materiais médico-hospitalar é de 15 dias úteis, contados do(a) do envio da ordem de compras, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: Rua Ernesto Ferreira, 21, Centro, Leandro Ferreira/MG.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

10.2 Os materiais médico-hospitalar serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata de registro, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.3. São condições para o recebimento dos materiais médico-hospitalar:

a) Embalagem: Todo produto deverá ser entregue em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos;

I- As embalagens deverão ser adequadas para armazenagem por período equivalente ao prazo de validade do produto, nas condições citadas anteriormente.

II- Os rótulos das embalagens devem possuir a frase: "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", se o caso.

III- A empresa vencedora adequará se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pelo Órgão/Entidade fornecedor ou seu representante legal.

IV- É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.

A) Identificação: as embalagens, ao serem fornecidas deverão portar etiquetas autoadesivas de vinil ou de alumínio com informações impressas de forma permanente e contendo, lote, nome do fabricante e data de fabricação (mês e ano).

10.4. Os materiais médico-hospitalar poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (dez) dias úteis, a contar da notificação da fornecedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Os materiais médico-hospitalar serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

10.6 Uma vez notificado, a detentora realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada da mercadoria das dependências da Administração pela Detentora.

10.6.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Detentora, aceita pelo Contratante.

10.6.2 Na hipótese do subitem acima, a detentora deverá disponibilizar mercadoria equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

10.7 O pagamento será efetuado num prazo de até 30 dias (trinta) após a entrega, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, e o visto do Fiscal e do Gestor da ata de registro.

10.8 O valor a ser pago dependerá da quantidade do material efetivamente fornecido, observando-se o valor constante da proposta de preços da empresa, registrado na ata de registro.

10.9 A detentora adjudicado deverá entregar junto com a nota fiscal/fatura o Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, a Certidão Negativa Trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal; todas em dia.

10.10 Os pagamentos são realizados por meio de transferência bancária, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da Ordem de Compra que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

10.11 O pagamento poderá ser retido mediante o cumprimento irregular DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.13 A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo licitante vencedor, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará o recebimento dos materiais e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas pela empresa detentora/contratada.

10.14 Os preços contratados não sofrerão reajuste, em atendimento as determinações da Lei Federal 9.069/95 e Lei Federal 10.192/01, em ata de registro de preços ou contrato com vigência de até doze meses, admitindo-se, assim, reajuste apenas em caso de vigência superior a doze meses, considerando, neste caso, inclusive as prorrogações, na forma definida pela legislação própria.

10.15 Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá colocar no CORPO DA NOTA FISCAL A LEGISLAÇÃO COM BASE LEGAL DO SIMPLES NACIONAL.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

10.16 DEVERÃO DESTACAR NAS NOTAS FISCAIS EMITIDAS AS RETENÇÕES DO IRRF de acordo com a IN nº 1.234/2012 (ALTERADA PELA IN 2.145 DE 26 DE JUNHO DE 2023).

10.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.18 A Detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

11.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ, de acordo com o inciso I do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, de acordo com o inciso II do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- d) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou Distrital) da sede do licitante, de acordo com o inciso III do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- e) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com o inciso IV do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- f) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br, de acordo com o inciso V do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- g) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com o inciso VI do art. 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- h) Declaração de que a empresa não se acha inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública;
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei N. 14.133, de 1º de abril de 2021;

11.3 Para fins de qualificação econômico-financeira, os interessados deverão apresentar:

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo, de acordo com o inciso II do art. 69º da Lei N. 14.133, de 1º de abril de 2021.

a1) Visto que trata-se de entrega eventuais e futuras neste processo licitatório, sendo necessário a certidão no subitem acima.

11.4 Para fins de qualificação técnica, os interessados deverão apresentar:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

a1) Apresentar no mínimo 01 atestado de capacidade técnica que comprove que a empresa já prestou serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, podendo ser emitido tanto por pessoas de direito publico ou privado, conforme modelo:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fim de participação em Licitação, que a pessoa jurídica (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede a _____, é FORNECEDORA IDÔNEA, na Prestação de Serviços de (Tipos de serviços prestados) atendendo sempre os prazos estipulados e a especificação solicitada. Atestamos ainda, que os serviços prestados, conforme cronograma estabelecido por esta empresa foi de qualidade satisfatória, suprimindo as necessidades. Data, ___/___/___

(Assinatura do Representante da empresa (cliente) que forneceu o Atestado) (Carimbo do CNPJ da empresa (cliente) que forneceu o Atestado)

a2) Autorização de Funcionamento da empresa participante da licitação, concedida pelo Ministério da Saúde, em cópia reprográfica da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Autorização de Funcionamento.

a3) Alvará de Licença Sanitária da empresa participante da licitação, expedido pelo Município ou Estado onde for sediada a empresa, com validade de acordo com legislação específica. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Alvará de Licença Sanitária.

a4) Certificado de Registro de Produto ou Isenção de Registro quando couber, emitido pela ANVISA do Ministério da Saúde, em cópia reprográfica da publicação no D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Estando o registro em fase de renovação, a empresa licitante deverá apresentar cópia reprográfica do registro e da solicitação de sua revalidação junto à ANVISA, comprovando que a solicitação foi protocolada no prazo estipulado no Decreto Federal nº 79.094 de 05/01/1977



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

11.5 - As licitantes ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2008, certidão essa que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os documentos de habilitação.

11.5.1- Tratando-se de sociedade simples, não inscrita na Junta Comercial, a comprovação da qualidade de ME e EPP poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo.

11.5.2 - A ME ou EPP que participar deste Pregão Eletrônico deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.5.4 Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alteração trazida pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

11.5.5 A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, conforme expresso no inciso IV do art. 155º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7.4.5 – A documentação do licitante vencedor deverá ser anexada ao sistema em 02(duas) horas após a liberação do Pregoeiro, nos termo do artigo 63, II da Lei 14.133/21.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

7.4.5.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$xx ().

12.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado:

12.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade, devendo ser utilizado como base IPCA/FGV; ou

12.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

13.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata de registro ou Autoridade Superior previstos no art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.2 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata de registro;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

13.1.3 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo de forma exclusiva os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.1.4 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade (quando for o caso);

13.1.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata de registro;

13.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata de registro em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

13.1.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.8 Manter, durante toda a execução da ata de registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.10 Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;

13.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

13.1.12 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

13.1.13 Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto desta ata de registro, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

13.1.14 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto da presente ata de registro.

13.1.15 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

13.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.2.3 Comunicar à Detentora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Detentora, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.2.5 Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

13.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata de registro, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



14 - DAS PENALIDADES

14.1 Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

14.1.1 advertência;

14.1.2 multa;

14.1.2.1 compensatória;

14.1.2.2 de mora.

14.1.3 impedimento de licitar e contratar;

14.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata de registro com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

14.3 As sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.3 e 14.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 14.1.2.1.

14.4 - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

14.4.1 – Descumprimento de pequena relevância;

14.4.2 – Inexecução parcial de obrigação contratual.

14.5 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

14.5.1 - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

14.5.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.5.1.2 não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

15.5.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

14.5.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial da ata de registro;

14.5.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

14.5.4.1 apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro;

14.5.4.2 fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução da ata de registro;

14.5.4.3 comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

14.5.4.4 prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.4.5 prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.5.4.6 entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações detentoras;

14.5.4.7 dar causa à inexecução parcial da ata de registro que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.5.4.8 dar causa à inexecução total do objeto da ata de registro.

14.6 quando as ata de registro ainda não tiverem sido assinados, o percentual das multas incidirão sobre o valor estimado da contratação.

14.7 - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

14.7.1 retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos/ata de registros firmados com o contratado/detentora;

14.7.2 descontado do valor da garantia prestada;

14.7.3 pago por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAM); ou

14.7.4 cobrado judicialmente.

14.8 – Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

14.8.1- dar causa à inexecução parcial da ata de registro que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

14.8.2 dar causa à inexecução total da ata de registro;

14.8.3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.8.4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.8.5 - não celebrar a ata de registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.8.6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.9 - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

14.9.1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro;

14.9.2 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro;

14.9.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.9.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.9.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social

02.10.01.10.301.4017.2279. 3.3.90.30.00 - 377

02.10.01.10.301.7014.2277. 3.3.90.30.00 - 388

15.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais



LEANDRO FERREIRA, 23 DE JANEIRO DE 2024.

Mariana Santos Bento

Diretora de Departamento de Saúde, Saneamento e Assistência Social





Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

À pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de xxxxx, Estado do xxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO nº

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº,
com sede na

....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

() **1) Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.**

***Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

1.1 Declara que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Nacional nº 14.133/2021](#).

2) Declaramos que cumprimos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

3) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68º da Lei nº 14.133/2021.

4) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da lei nº 14.133/2021.

5) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

6) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

7) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é. (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

9) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Ata de registro de preços** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

10) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

11) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

12) Declaramos que a proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.

13) Declaramos que atendemos à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV art. 63º da Lei nº. 14.133, de 1 de



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

abril de 2021.

14) Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67º da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.

.....,, de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)





Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

ANEXO III MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome do licitante: _____

Endereço Completo: __ CNPJ: _____

Telefone/E-mail: _____

Dados Bancários para recebimento: _____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº /2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2024

OBJETO -

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA	PREÇO	TOTAL

TOTAL	R\$
-------	-----

Declaro que nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os materiais, mão de obra, fretes, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2024, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais



seu

objeto.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____(_____)

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

Local e data.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome

RG/CPF





Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2024

No dia ____ do mês de XXXXX de 2024, na Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira, foi registrado o preço da empresa abaixo identificada, para futura e eventual para **Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material médico hospitalar a serem adquiridos para o atendimento do Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social do Município de Leandro Ferreira/MG, mediante as condições e quantidades contidas no Termo de Referência, Pregão Eletrônico nº 04/2024** para o Sistema de Registro de Preços nº 04/2024, com base na lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 299/2023 e 350/2023. As especificações técnicas constantes do **Processo Licitatório nº 09/2024**, assim como os termos da proposta, integram esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, independentemente de transcrição, e segundo as cláusulas seguintes.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG, inscrita no CNPJ 18.315.218/0001-09 com sede a Praça Bom Despacho, nº, 50, Centro, Leandro Ferreira - MG, neste ato representado pelo senhor prefeito Elder Corrêa de Freitas, portador do CPF nº 201.794.566/87.

DETENTORA: xxxxxxxxxxxxxx

CLAUSULA 1 – DA VIGÊNCIA

1.1 – O prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, art. 84 da lei Federal 14.133/2021.

CLAUSULA 2 – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A Gerencia de registro de preços do Município de Leandro Ferreira monitora, periodicamente, o preço dos produtos avaliara constantemente o mercado e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo em decorrência da redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos materiais registrados;

2.2 – A GRP do Município de Leandro Ferreira convocara o fornecedor para negociar os preços registrados e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registro estiver acima do preço de mercado.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

2.2.1 – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aqueles praticados no mercado, mantendo-se a diferença porcentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, mantendo-se o equilíbrio econômico-financeiro;

2.2.2 – Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

2.3 – Antes de receber o pedido e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes etc.), que não poderá cumprir as obrigações assumidas devido à superioridade do preço de mercado em relação ao preço registrado;

2.3.1 – Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, em determinado item, o pregoeiro poderá convocar os demais fornecedores classificados nas mesmas condições ou revogar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4- DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.4.1- A fiscalização da ata de registro será exercida pelo funcionário designado pelo Gestor, através de decreto municipal nº 350/2024 o qual controla todo o processo de recebimento dos produtos, referidos nesse processo.

2.4.2 – O Gestor da ata de registro deste processo será o Diretor (a) Municipal do Departamento de Saúde, Saneamento e Assistência Social, o qual controla todo o processo.

2.4.3 – Todas as responsabilidades dos Gestores e dos fiscais deste processo está descrito nos e no art. 177 da Lei Federal 14.133/2021, Termo de referência, anexo I deste edital e decreto municipal nº 350/2024.

2.4.4 - As exigências e a atuação da fiscalização, em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva do licitante vencedor, no que concerne à execução do objeto da ata de registro de preços/contrato.

CLAUSULA 3 - DO OBJETO: DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

3.1 Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material médico hospitalar a serem adquiridos para o atendimento do Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social do Município de Leandro Ferreira/MG.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT. TOTAL	PREÇO UNITARIO REGISTRADO	PREÇO TOTAL	Quant. De cada departamento
------	-----------	-------	-------	--------------	---------------------------	-------------	-----------------------------

CLAUSULA 4 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1.1 Poderão utilizar-se desta Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86º § 2º incisos I, II e III da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 299/2023 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

4.1.2 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.1.3 Poderá o beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

4.1.4 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, **por órgão ou entidade**, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei N. 14.133, de abril de 2021.

4.1.5 O quantitativo decorrente das adesões desta ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo** de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86º, § 5º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

4.1.6 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em **até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.2 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

4.2.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021:

4.2.1.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

4.2.1.2 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

4.2.1.3 Quando o valor registrado se **tornar superior ao preço praticado no mercado** por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

4.2.1.4 Os fornecedores que não aceitarem diminuir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.2.1.5 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem diminuir seus preços registrados aos valores de mercado observará a classificação original.

4.2.1.6 Se ocorrer do preço de mercado tornar-se inferior aos valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.2.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.3 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.3.1 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

c) Não aceitar diminuir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar inferior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

4.3.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

4.4 DAS REVISÕES DE PREÇOS

4.4.1 O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

4.4.2 O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral da PREFEITURA DE Leandro Ferreira no horário de expediente OU através de e-mail licitacao@leandroferreira.mg.gov.br.

4.4.3 A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, a qual será analisada pelo setor competente do Município de Leandro Ferreira.

4.4.4 Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

4.4.5 A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

CLAUSULA 5 – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 – O pagamento será efetuado num prazo de até 30 dias (trinta) após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto do Fiscal e do gestor desta ata de registro.

5.2 Os pagamentos são realizados por meio de transferência bancária, razão pela qual a



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da Ordem de Compra que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

5.3 - As despesas correspondentes à execução do objeto contratado ocorrerão por conta do Departamentos Municipais Requisitantes, por meio das dotações para o exercício de 2024 e seguintes que serão especificadas nas Ordens de Compra, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

Departamento Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social

02.10.01.10.301.4017.2279. 3.3.90.30.00 - 377

02.10.01.10.301.7014.2277. 3.3.90.30.00 - 388

5.4 - O pagamento poderá ser retido mediante o cumprimento irregular DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.5 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Leandro Ferreira.

5.6 - Os preços contratados não sofrerão reajuste, em atendimento as determinações da Lei Federal 9.069/95 e Lei Federal 10.192/01, em ata de registro de preços ou ata de registro de preços com vigência de até doze meses, admitindo-se, assim, reajuste apenas em caso de vigência superior a doze meses, considerando, neste caso, inclusive as prorrogações, na forma definida pela legislação própria.

CLAUSULA 6 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1 Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

6.1.1 advertência;

6.1.2 multa;

6.1.2.1 compensatória;

6.1.2.2 de mora.

6.1.3 impedimento de licitar e contratar;

6.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do ata de registro de preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

6.3 As sanções previstas nos itens 6.1.1, 6.1.3 e 6.1.4 poderão ser aplicadas



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

cumulativamente com a prevista no item 6.1.2.1.

6.4 - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

6.4.1 – Descumprimento de pequena relevância;

6.4.2 – Inexecução parcial de obrigação contratual.

6.5 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

6.5.1 - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

6.5.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.5.1.2 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.5.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

6.5.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

6.5.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

6.5.4.1 apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro;

6.5.4.2 fraudes à licitação ou prática de ato fraudulento na execução da ata de registro;

6.5.4.3 comportamentos inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

6.5.4.4 práticas de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.5.4.5 práticas de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.5.4.6 entregas de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

6.5.4.7 dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.5.4.8 dar causa à inexecução total do objeto da ata de registro de preços.

6.6 quando os contratos ainda não tiverem sido assinados, o percentual das multas incidirá sobre o valor estimado da contratação.

6.7 - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

6.7.1 retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a detentora;

6.7.2 descontado do valor da garantia prestada;

6.7.3 pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM); ou

6.7.4 cobrado judicialmente.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

6.8 – Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

6.8.1- dar causa à inexecução parcial do ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.8.2 dar causa à inexecução total da ata de registro;

6.8.3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.8.4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.8.5 - não celebrar o ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.8.6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

6.9 - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

6.9.1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;

6.9.2 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;

6.9.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.9.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.9.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

6.10 - Demais sanções previstas no Termo de Referência e demais anexos.

CLAUSULA 7 – DO PREÇO

7.1 – Pela prestação dos objetos, o Município de Leandro Ferreira pagará à detentora a importância indicada como preço unitário do item constante nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇO** resultante do edital do Pregão nº **04/2024**, multiplicada pela quantidade de produtos adquiridos indicados na requisição ou nota de empenho.

CLAUSULA 8 – DA ENTREGA

8.1 - O prazo de entrega dos materiais médico-hospitalar é de 15 dias corridos, contados do (a) do envio da ordem de compras/nota de autorização de fornecimento, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: Rua dos Pedreiros, 02, Centro, Leandro Ferreira/MG.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

8.2. Os itens/bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do ata/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.3. São condições para o recebimento dos materiais médico-hospitalar:

a) Embalagem: Todo produto deverá ser entregue em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos;

I- As embalagens deverão ser adequadas para armazenagem por período equivalente ao prazo de validade do produto, nas condições citadas anteriormente.

II- Os rótulos das embalagens devem possuir a frase: “PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO”, se for o caso.

III- A empresa vencedora adequará se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pelo Órgão/Entidade fornecedor ou seu representante legal.

IV- É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.

b) Identificação: as embalagens, ao serem fornecidos deverão portar etiquetas autoadesivas de vinil ou de alumínio com informações impressas de forma permanente e contendo, lote, nome do fabricante e data de fabricação (mês e ano).

8.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro.

CLAUSULA 9 – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1 **São obrigações da contratada/detentora:**

9.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata de registro de preços ou Autoridade Superior previstos no art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021 e



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais



prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata de registro;

9.1.3 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo de forma exclusiva os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.4 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade (quando for o caso);

9.1.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata de registro;

9.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata de registro de preços que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.1.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.8 Manter, durante toda a execução da ata de registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10 Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;

9.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

9.1.12 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.13 Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto desta ata de registro de preços, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

9.1.14 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

9.1.15 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.2 São obrigações da contratante:

9.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.3 Comunicar à Detentora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Detentora, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.2.5 Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA 10- DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS ADERENTES:

10.1 O Município Aderente deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos do art. 117º da Lei n. 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de reposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da detentora constantes também do Termo de Referência;

10.1.2 Compete ainda ao Município Aderente:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a Detentora, desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Registro de Preço;

- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;
- g) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que farão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA 11 – DA RESCISÃO

11.1 – A inexecução total ou parcial da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS enseja rescisão do objeto, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, mediante a formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa;

11.1.1 – Constituem motivos para a rescisão do objeto:

I – Inadimplemento do beneficiário desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas desta ata, especificações, projetos ou prazos;
- b) cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na forma do §1 do art.67 da Lei Federal n 8.666/93;
- c) desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, assim como a de seus superiores;
- d) descumprimento do disposto no art.7, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízos das sanções penais cabíveis;
- e) a decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) a dissolução da sociedade;
- g) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste termo.

II – Razão de interesses pública, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que esta subordinada ao Município de Leandro Ferreira e exaradas no processo administrativo a que se refere esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

III – ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto oriundo desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

11.1.2 – No caso de rescisão do objeto, sem culpa da detentora desta ata, caberá a esta o valor referente à execução desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS até a data da



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

dissolução do vínculo contratual, conforme disposto no art. 79, 2, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 12 – DA PUBLICAÇÃO

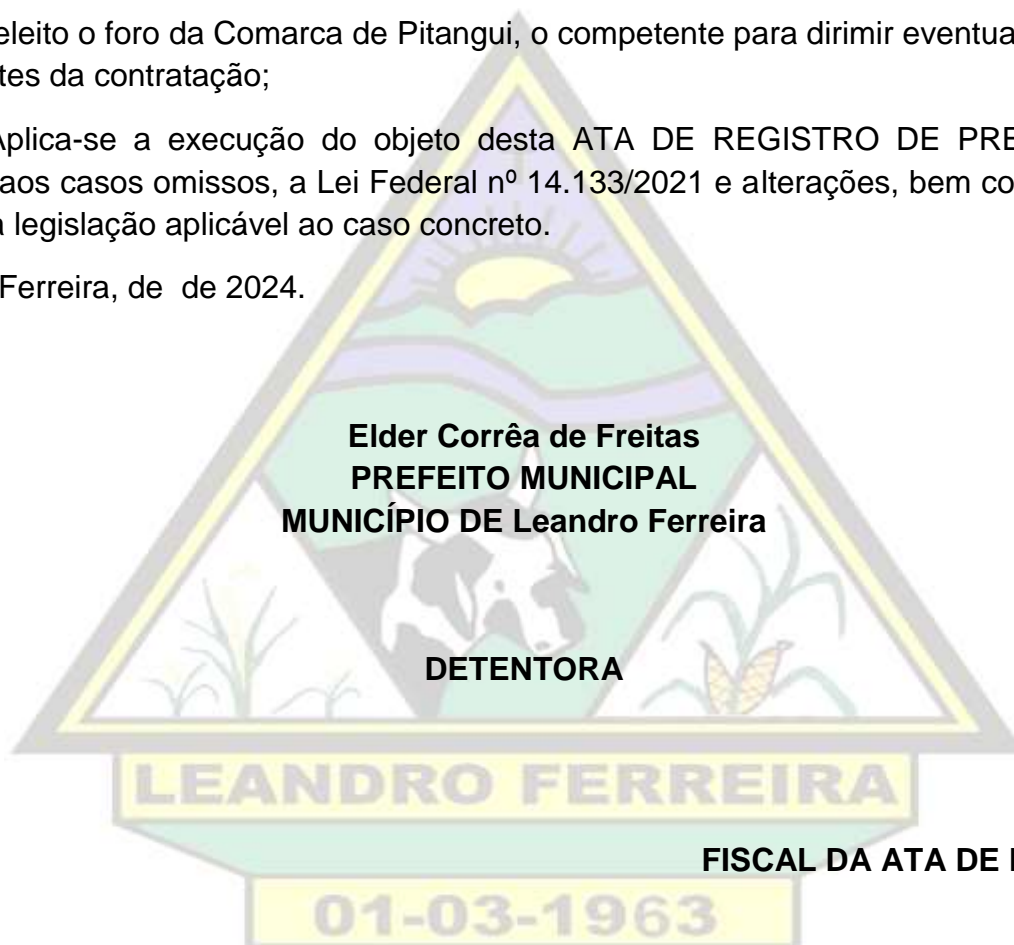
12.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira/MG, Lei Municipal 780/2017, e no Portal Nacional de compras, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA 13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - E eleito o foro da Comarca de Pitangui, o competente para dirimir eventuais legítimos decorrentes da contratação;

13.2 – Aplica-se a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇO e, em especial aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, bem como, no que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

Leandro Ferreira, de de 2024.



Elder Corrêa de Freitas
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE Leandro Ferreira

DETENTORA

LEANDRO FERREIRA

01-03-1963

Xxxxx

FISCAL DA ATA DE REGISTRO

MARIANA SANTOS BENTO

Gestor da ata de Registro

TESTEMUNHA:

1. _____ CPF _____
2. _____ CPF _____